



Banco J.P. Morgan S.A.

**Demonstrações contábeis consolidadas em
31 de dezembro de 2025
e relatório do auditor independente**

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Relatório da Administração

Apresentação

Submetemos à apreciação de V.Sas. em cumprimento às determinações legais e estatutárias, as demonstrações contábeis consolidadas em IFRS do Banco J.P. Morgan S.A. (Banco) do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, acrescidas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

Desempenho

No exercício de 2025 o Banco apresentou um lucro de R\$ 2.396.954, um aumento de 57,1% em relação ao exercício anterior, no qual apresentou lucro de R\$ 1.525.810. O patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2025 totalizava R\$ 10.750.451, uma redução de 1,8% em relação ao ano anterior.

Índice de Basileia

O Banco adota a apuração dos limites de Basileia de forma consolidada, tomando-se como base os dados financeiros consolidados do Conglomerado Prudencial, de acordo com as diretrizes do Banco Central do Brasil.

Em 31 de dezembro de 2025, o índice de Basileia do Conglomerado Prudencial era de 23,46%, sendo o Patrimônio de Referência de R\$ 10.985.366 e o Patrimônio de Referência Exigido de R\$ 5.146.680.

Gerenciamento de Risco

O Conglomerado possui áreas de risco específicas, independentes das áreas de negócios, para administração dos diversos riscos existentes.

Conforme determinado pelas regras do Banco Central as estruturas que regem as atividades de risco de crédito, risco operacional, risco de mercado e gerenciamento de capital do Conglomerado estão publicadas em diretório de acesso público, disponível no endereço <https://www.jpmorgan.com.br/pt/disclosures>.

A divulgação das informações referentes à gestão de riscos, ao Patrimônio de Referência Exigido (PRE) e à adequação do Patrimônio de Referência (PR) estabelecida pela Resolução BCB nº 54, no âmbito da Resolução CMN nº 4.557, também estão disponíveis no site acima.

Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria é único para o Conglomerado JP Morgan, sendo composto na data deste relatório por cinco membros.

São Paulo, 26 de março de 2026

A Diretoria

* * *



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Banco J.P. Morgan S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas da Banco J.P. Morgan S.A. ("Instituição") e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

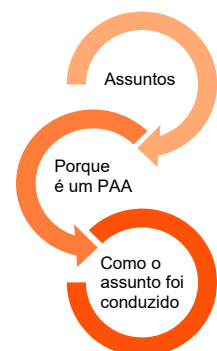
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituição e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas". Somos independentes em relação à Instituição e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p data-bbox="256 488 845 548">Mensuração do valor justo de determinados instrumentos financeiros derivativos</p> <p data-bbox="256 577 845 817">Conforme divulgado nas Notas 3(e) e 6, a mensuração do valor justo de instrumentos financeiros derivativos é uma área que inclui subjetividade, uma vez que depende de técnicas de avaliação realizadas com base em modelos internos que envolvem desenvolvimento de premissas pela administração e/ou utilização de dados do mercado observáveis.</p> <p data-bbox="256 846 845 1086">Continuamos a considerar essa área como foco em nossa auditoria uma vez que o uso de diferentes técnicas de avaliação e premissas podem produzir estimativas de valor justo significativamente diferentes e devido à relevância dos instrumentos financeiros derivativos no contexto das demonstrações contábeis.</p>	<p data-bbox="845 577 1471 638">Nossos principais procedimentos de auditoria consideraram, entre outros:</p> <ul data-bbox="845 667 1471 1243" style="list-style-type: none"><li data-bbox="845 667 1471 884">• Atualização do nosso entendimento dos principais processos e testes sobre a efetividade dos principais controles relevantes relacionados aos processos de registro e confirmação dos dados das operações, bem como reconciliação dos saldos contábeis com os relatórios analíticos.<li data-bbox="845 913 1471 1243">• Adicionalmente, confrontamos os saldos contábeis com os relatórios analíticos extraídos dos sistemas subjacentes, que demonstram os saldos por operação, bem como, com o apoio de nossos especialistas em precificação de instrumentos financeiros, efetuamos, em base amostral, a reperformance independente dos cálculos de mensuração dos instrumentos financeiros derivativos de acordo com as boas práticas de mercado. <p data-bbox="845 1272 1471 1422">Consideramos que os critérios adotados pela administração na mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros são consistentes e estão alinhados com as informações analisadas em nossa auditoria.</p>

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Banco J.P. Morgan S.A.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição e suas controladas.

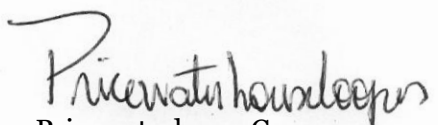
Banco J.P. Morgan S.A.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de março de 2026



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Caio Fernandes Arantes
Contador CRC 1SP222767/O-3

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.**Balanco patrimonial consolidado**

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Ativo			
Disponibilidades		49.116	142.273
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	5 e 6	94.540.566	40.808.760
Instrumentos de dívida		34.796.190	16.972.373
Instrumentos de patrimônio		2.716.436	1.316.769
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras		53.500.049	16.030.073
Instrumentos financeiros derivativos		3.508.993	6.489.545
Carteira de câmbio		18.898	-
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	7	2.327.717	-
Instrumentos de dívida		2.327.717	-
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		32.346.655	29.923.564
Empréstimos e adiantamentos a clientes	8a	2.579.251	3.261.973
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	8b	27.953.532	25.575.057
Outros ativos financeiros	8c	1.813.872	1.086.534
Ativo tangível	9	168.144	112.518
Créditos tributários		1.108.502	1.112.646
Correntes		202.792	159.482
Diferidos	13	905.710	953.164
Outros ativos	11	4.196.025	3.218.855
Total do ativo		134.736.725	75.318.616
Passivo			
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado		12.915.139	11.300.604
Instrumentos financeiros derivativos	6	5.640.444	5.445.071
Carteira de câmbio	6	3.974	-
Obrigações por empréstimos	10a	5.971.426	5.062.782
Outros passivos financeiros	10a	1.299.295	792.751
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	10b	107.294.625	50.031.995
Depósitos de clientes		20.778.218	18.670.959
Depósitos de instituições financeiras		501.595	568.666
Obrigações por empréstimos		79.266.159	25.325.043
Outros passivos financeiros		6.748.653	5.467.327
Provisões	12a.1	608.196	595.876
Passivos fiscais		1.975.264	1.462.472
Correntes		327.864	209.266
Diferidos	13	1.647.400	1.253.206
Outros passivos	11	1.193.050	983.363
Total do passivo		123.986.274	64.374.310
Patrimônio líquido	14		
Capital		8.679.550	5.982.550
Reservas		2.094.567	4.961.756
Outros resultados abrangentes		(23.666)	-
Total do patrimônio líquido		10.750.451	10.944.306
Total do passivo e patrimônio líquido		134.736.725	75.318.616

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A. Demonstração consolidada do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Nota</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receitas com juros e similares	15a	11.134.624	8.725.082
Despesas com juros e similares	15b	(5.713.856)	(5.092.975)
Receita líquida com juros		5.420.768	3.632.107
Provisões para perda de crédito		(16.967)	(60.404)
Receita líquida da provisão para perda de crédito		5.403.801	3.571.703
Receita de tarifas e comissões	16	2.065.878	1.208.344
Ganhos (perdas) líquidos com ativos e passivos financeiros	15c	(5.558.244)	6.929.343
Ganhos (perdas) líquidos com variação cambial	17	3.661.622	(7.564.469)
Total de receitas		5.573.057	4.144.921
Despesas tributárias	18	(210.622)	(177.034)
Despesas com pessoal		(1.387.357)	(1.356.539)
Outras despesas administrativas	19	(558.640)	(552.569)
Depreciação e amortização		(26.920)	(24.902)
Outras receitas (despesas)		(143.648)	57.357
LUCRO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO		3.245.870	2.091.234
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	13	(793.059)	(565.424)
LUCRO LÍQUIDO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO		2.452.811	1.525.810
LUCRO POR AÇÃO (em reais)			
Lucro básico e diluído por ação (em reais - R\$)			
Ações ordinárias		433,74	269,82
Média ponderada das ações em circulação			
Ações ordinárias		5.655	5.655
Ações preferenciais		-	-

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Demonstração consolidada do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

<u>Nota</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Lucro líquido e resultado consolidado do exercício	2.452.811	1.525.810
Outros componentes do resultado abrangente	(23.666)	-
Variação do valor justo dos ativos mensurados a VJORA	(23.666)	117
Total do resultado abrangente do exercício	<u>2.429.145</u>	<u>1.525.810</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.
Demonstração consolidada das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Notas	Capital social	Aumento de capital	Reservas			Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Ações em tesouraria	Total	
			Subvenções para investimento	Legal	Estatutária					Reservas de capital
Em 31 de dezembro de 2023	4.802.500	454.750	24.939	473.993	3.708.634	51.320	-	(117)	(4.940)	9.511.079
Aumento de capital	14	1.143.500	(418.200)	-	-	(200.000)	-	-	-	525.300
Cancelamento ações em tesouraria		-	-	-	-	(4.940)	-	-	4.940	-
Pagamento baseado em ações		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial - valor justo		-	-	-	-	-	-	117	-	117
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	1.525.810	-	-	1.525.810
Destinação do lucro líquido:										
Reserva legal	14	-	-	-	76.291	-	-	(76.291)	-	-
Reserva estatutária	14	-	-	-	-	831.519	-	(831.519)	-	-
Juros sobre capital próprio (R\$ 109.283,82 por ação)	14	-	-	-	-	-	-	(618.000)	-	(618.000)
Em 31 de dezembro de 2024	5.946.000	36.550	24.939	550.284	4.335.213	51.320	-	-	-	10.944.306
Aumento de capital	14	733.550	(36.550)	-	-	-	-	-	-	697.000
Aumento via reservas	14	2.000.000	-	-	(300.000)	(1.700.000)	-	-	-	-
Dividendo (R\$ 442.086,65 por ação)	14	-	-	-	-	(2.500.000)	-	-	-	(2.500.000)
Ajuste de avaliação patrimonial - valor justo		-	-	-	-	-	-	(23.666)	-	(23.666)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	2.452.811	-	-	2.452.811
Destinação do lucro líquido:										
Reserva legal	14	-	-	-	122.641	-	-	(122.641)	-	-
Reserva estatutária	14	-	-	-	-	1.510.170	-	(1.510.170)	-	-
Juros sobre capital próprio (R\$ 145.004,42 por ação)	14	-	-	-	-	-	-	(820.000)	-	(820.000)
Em 31 de dezembro de 2025	8.679.550	-	24.939	372.925	1.645.383	51.320	-	(23.666)	-	10.750.451

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas

Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Atividades operacionais			
Lucro líquido ajustado		2.936.499	1.943.433
Lucro líquido		2.452.811	1.525.810
Ajustes ao lucro líquido			
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		97	92
Depreciação e amortização		26.920	24.902
Créditos tributários e passivos fiscais diferidos		478.296	364.632
Constituição de provisões		(21.625)	26.172
Baixa de intangível		-	1.825
Redução / (Aumento) nos ativos operacionais		(20.019.122)	4.215.207
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado		(21.557.781)	6.736.545
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		(2.351.383)	35.206
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		4.500.082	(3.295.074)
Ativos fiscais correntes		(43.310)	(150.390)
Outros ativos		(1.013.818)	450.181
Juros recebidos		447.088	438.739
(Redução) / Aumento líquido nos passivos operacionais		4.016.953	(6.222.978)
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado		1.614.535	53.379
Passivos fiscais correntes		398.852	311.793
Depósitos		2.040.188	(6.058.813)
Outros passivos		243.632	189.480
Imposto de renda e contribuição social pagos		(280.254)	(718.817)
Caixa líquido (utilizado)/proveniente de atividades operacionais		(13.065.670)	(64.338)
Atividades de investimentos			
Imobilizado de uso (aquisições e vendas)		(82.546)	(18.709)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos		(82.546)	(18.709)
Atividades de financiamentos			
Passivos financeiros ao custo amortizado		55.222.442	(13.282.873)
Dividendos ou juros sobre capital próprio	14	(3.320.000)	(618.000)
Aumento de capital	14	697.000	525.300
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos		52.599.442	(13.375.573)
(Redução)/aumento de caixa e equivalentes de caixa		39.451.226	(13.458.620)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	41.233.313	54.692.025
Efeitos das mudanças de taxas de câmbio		(97)	(92)
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	80.684.442	41.233.313
(Redução)/aumento de caixa e equivalentes de caixa		39.451.226	(13.458.620)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional

O Banco J.P. Morgan S.A. (“Banco”) e suas subsidiárias, localizados em São Paulo operam como banco múltiplo com as carteiras comercial, de investimentos e de câmbio, bem como com operações inerentes às corretoras de câmbio e valores mobiliários e distribuidoras de títulos e valores mobiliários.

O Banco J.P. Morgan S.A. é controlado pela J.P. Morgan International Finance Limited, que detém 99,7% de seu capital.

Integram o Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A. (“J.P. Morgan” ou “Consolidado”), o Banco e suas subsidiárias diretas: J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. e J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, além de seu fundo exclusivo Atacama Fundo de Investimento Financeiro Multimercado Crédito Privado.

As operações do Banco e das empresas controladas são conduzidas no contexto de um Consolidado que atua integradamente no mercado financeiro, nacional e internacional. Conseqüentemente, certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de empresas associadas, integrantes do grupo financeiro J.P. Morgan. O benefício dos serviços prestados entre essas empresas e os custos das estruturas operacional e administrativa comuns são absorvidos, segundo a praticabilidade e razoabilidade a eles atribuídos, em conjunto ou individualmente.

As demonstrações contábeis consolidadas em IFRS do Banco J.P. Morgan S.A. foram aprovadas por sua Diretoria em 26 de março de 2026.

2. Apresentação das demonstrações contábeis consolidadas e outras informações

a. Apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis consolidadas do J.P. Morgan foram elaboradas em atendimento a Resolução nº 4.818 do Conselho Monetário Nacional (CMN) que requer a elaboração de demonstrações contábeis consolidadas, em acordo com as IFRS® Accounting Standards emitidas pela International Accounting Standards Board (IASB) e as Interpretações emitidas pela IFRS® Interpretations Committee (nome atual do International Financial Reporting Interpretations Committee – IFRIC®).

As demonstrações contábeis consolidadas são apresentadas em reais e todos os valores são arredondados para milhares, exceto quando indicado de outro modo.

b. Novas normas aplicáveis para períodos futuros

IFRS 18 - Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras.

O pronunciamento introduz novos subtotais e três categorias para receitas e despesas (operacionais, de investimento e de financiamento) na estrutura da demonstração de resultados. Também requer que as empresas divulguem explicações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração relacionadas à demonstração de resultados. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações

contábeis em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Emendas ao IFRS 9 e IFRS 7 – Classificação e mensuração de instrumentos financeiros

Ajustes referente a pontos identificados na revisão pós-implementação do IFRS 9. Vigência a partir de 1º de janeiro de 2026. Não foram identificados impactos materiais.

Emendas ao IFRS 7, IFRS 18, IAS 1, IAS 8, IAS 36 e IAS 37

Divulgações sobre incertezas, reforçando com exemplos ilustrativos, a necessidade de transparência sobre materialidade, premissas e incertezas relevantes (incluindo riscos climáticos e de transição), sem alterar critérios de reconhecimento ou mensuração. Vigência a partir de 1º de janeiro de 2027. Impactos em avaliação.

Emenda ao IAS 21 – Tradução para moeda de apresentação hiperinflacionária.

Esclarece procedimentos de tradução (inclusive comparativos) quando a entidade passa a apresentar demonstrações em moeda de economia hiperinflacionária (IAS 29), com efeitos apenas de apresentação/divulgação, sem impacto em reconhecimento, mensuração, desempenho ou posição financeira. Vigência a partir de 1º de janeiro de 2027. Impactos em avaliação.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a. Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis do Banco, de suas controladas e de seu fundo exclusivo para os exercícios findos em 31 de dezembro. Todos os saldos, transações, receitas e despesas entre as entidades do grupo são eliminados.

b. Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações contábeis individuais de cada entidade são apresentadas na moeda do ambiente econômico primário na qual a entidade opera (moeda funcional). Para consolidação das demonstrações contábeis, o resultado e a posição financeira das entidades consolidadas estão expressos em reais, moeda funcional do Banco e moeda de apresentação das demonstrações contábeis consolidadas. Os ativos e passivos que são itens monetários são convertidos por taxas de câmbio à vista no final do período.

As variações cambiais decorrentes da conversão dos saldos em moeda estrangeira para a moeda funcional são reconhecidas pelo seu valor líquido como "Ganhos (perdas) líquidos com variação cambial" na demonstração consolidada de resultado.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa - são representados por disponibilidades em moeda nacional ou em moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 3 meses e sejam utilizados para gerenciamento dos compromissos de curto prazo (Nota 4).

d. Classificação dos instrumentos financeiros para fins de apresentação

- . "Disponibilidades" - saldos de caixa.
- . "Empréstimos e adiantamentos a clientes" - incluem os empréstimos e financiamentos concedidos a clientes pelo Consolidado.

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações

contábeis em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- "Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras" - créditos de qualquer natureza, inclusive em operações realizadas no mercado aberto, em nome de instituições financeiras e outras entidades cujo funcionamento seja condicionado à autorização do Banco Central do Brasil, inclusive aqueles representados por títulos.
- "Instrumentos de dívida" - bônus e outros títulos que representam dívida para o emissor, rendem juros e foram emitidos de forma física ou escritural.
- "Instrumentos de patrimônio" - instrumentos financeiros emitidos por outras entidades, tais como ações, com natureza de instrumentos de patrimônio para a emissora, exceto investimentos em subsidiárias, em entidades controladas ou em conjunto ou coligadas.
- "Outros Ativos Financeiros" - são registradas nesta rubrica, principalmente, valores a receber da intermediação referente operações realizadas na Bolsa.
- "Instrumentos financeiros derivativos" - inclui o valor justo dos derivativos que não foram designados como instrumento de cobertura (hedge) em estruturas de cobertura contábil (hedge accounting).
- "Depósitos de clientes" - inclui os depósitos à vista e a prazo recebidos pelo Consolidado e todos os demais saldos credores do Consolidado junto aos seus clientes.
- "Depósitos de instituições financeiras" - depósitos de qualquer natureza, inclusive operações de crédito e no mercado aberto, recebidos em nome de instituições financeiras e outras entidades cujo funcionamento seja condicionado à autorização do Banco Central do Brasil.
- "Obrigações por empréstimos" - são representados por recursos captados em instituições financeiras do J.P.Morgan Chase Bank no exterior.
- "Outros passivos financeiros" - são registradas nesta rubrica, principalmente, valores a pagar para a Bolsa referente operações realizadas através dela e relações interfinanceiras.

e. Reconhecimento, classificação e mensuração de instrumentos financeiros (IFRS 9)

Tal pronunciamento estabelece requerimentos de classificação e mensuração dos instrumentos financeiros, avaliação de *impairment* e *hedge accounting*. Os principais aspectos desta norma seguem destacados abaixo:

Data de reconhecimento

Todos os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos na data de negociação, isto é, a data em que o Consolidado se torna uma parte interessada na relação contratual do instrumento. Isso inclui compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega do ativo em tempo determinado estabelecido por regulamento ou padrão do mercado.

Classificação de instrumentos financeiros

No reconhecimento inicial os instrumentos financeiros são classificados, nas seguintes categorias:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado - essa categoria inclui os ativos financeiros que: (a) sejam designados em um modelo de negócios cujo objetivo é manter os instrumentos para coleta de fluxos de caixa contratuais; e (b) os termos contratuais do instrumento financeiro gerem fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros sobre o valor do principal

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações

contábeis em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

em aberto.

- Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - essa categoria inclui os ativos financeiros que: (a) sejam designados em um modelo de negócios cujo objetivo é manter os instrumentos para coleta de fluxos de caixa contratuais e pela venda de instrumentos financeiros; e (b) os termos contratuais do ativo financeiro gerem fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros sobre o valor do principal em aberto.
- Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR) - essa categoria inclui os ativos financeiros que não sejam designados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.
- Passivos financeiros – São mensurados ao custo amortizado a não ser que sejam classificados a valor justo por meio do resultado devido ao modelo de negócio cuja característica seja de negociação.

Adicionalmente, no reconhecimento inicial, o Consolidado pode irrevogavelmente designar ao valor justo por meio do resultado ativos e passivos financeiros que atendam às exigências de mensuração ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, desde que tal designação elimine ou reduza substancialmente um descasamento contábil que poderia existir. Destacamos que tal opção não foi utilizada pelo Consolidado.

Modelo de negócios

Representa a forma como é efetuada a gestão dos instrumentos financeiros para gerar fluxos de caixa e depende das intenções de cada linha de negócios em relação a um instrumento individual. Os instrumentos financeiros podem ser administrados com o propósito de: i) obter fluxos de caixa contratuais; ii) obter fluxos de caixa contratuais e venda; ou iii) outros.

É necessária a aplicação do SPPI *test* para os ativos financeiros dos modelos de negócios i) e ii).

SPPI *test*

É a avaliação dos fluxos de caixa gerados pelo instrumento financeiro com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamento de principal e juros, onde os fluxos de caixa devem incluir apenas contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e o risco de crédito. Nos casos em que os termos contratuais introduzirem exposição a riscos ou volatilidade nos fluxos de caixa, tais como exposição a alterações nos preços de instrumentos de patrimônio ou preços de commodities, o ativo financeiro é classificado como ao valor justo por meio do resultado. Contratos híbridos devem ser avaliados como um todo, incluindo todas as características embutidas. A contabilização de um contrato híbrido que contenha derivativo embutido é efetuada de forma conjunta, ou seja, todo o instrumento é mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Reclassificação de categorias dos instrumentos financeiros

Os ativos financeiros só devem ser reclassificados subsequentemente ao seu reconhecimento inicial nos casos em que houver alteração no modelo de negócios das linhas de negócios do Consolidado.

Baixa de ativos financeiros e passivos financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa expiram ou quando o Consolidado transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo e tal transferência se qualifica para baixa de acordo com os requerimentos da IFRS 9.

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações

contábeis em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Quando não for possível identificar a transferência de todos os riscos e benefícios, deve-se avaliar o controle para determinar se o envolvimento contínuo relacionado à transação não impede a baixa. Se na avaliação ficar caracterizada a retenção de riscos e benefícios, o ativo financeiro permanece registrado e é efetuado o reconhecimento de um passivo pela contraprestação recebida.

Quando não houver expectativas razoáveis de recuperação de um ativo financeiro, considerando curvas históricas, sua baixa total ou parcial é realizada simultaneamente com a reversão da provisão para perda de crédito esperada relacionada, sem efeitos na Demonstração Consolidada do Resultado. As recuperações subsequentes dos valores anteriormente baixados são contabilizados como receita na Demonstração Consolidada do Resultado.

O Consolidado baixa um passivo financeiro quando a obrigação especificada no contrato for liberada, cancelada ou vencida.

Compensação

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Taxa de juros efetiva

É a taxa que desconta exatamente os pagamentos e recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro. No caso dos instrumentos financeiros de taxa fixa, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de juros contratual definida na data da contratação, adicionados, conforme o caso, ágios ou deságios, as comissões e os custos de transação que, por sua natureza e materialidade, façam parte de seu retorno financeiro. No caso de instrumentos financeiros de taxa variável, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de retorno vigente em todos os compromissos até a data de referência seguinte de renovação dos juros.

Instrumentos de patrimônio

São instrumentos financeiros emitidos por outras entidades, tais como ações, com natureza de instrumentos de patrimônio para a emissora, exceto investimentos em subsidiárias, em entidades controladas, individualmente ou em conjunto, ou coligadas.

O Consolidado mensura todos os seus instrumentos de patrimônio ao valor justo por meio do resultado, exceto quando a linha de negócio escolhe, no reconhecimento inicial, designar irrevogavelmente um instrumento de patrimônio como ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Quando esta escolha é feita, os ganhos e perdas no valor justo do instrumento são reconhecidos no Resultado Abrangente Acumulado e não são reclassificados subsequentemente para a Demonstração Consolidada do Resultado, mesmo na venda. Dividendos continuam a ser reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado quando o direito do Consolidado é estabelecido.

Ganhos e perdas em instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio do resultado são contabilizados na Demonstração Consolidada do Resultado.

Mensuração dos ativos e passivos financeiros

Os ativos financeiros classificados nas categorias VJORA e VJR são mensurados ao valor justo.

Em geral, os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, exceto os derivativos, obrigações decorrentes de empréstimos de títulos e valores mobiliários e determinadas operações compromissadas.

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações

contábeis em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O valor justo na data do negócio equivale ao preço de transação. As mudanças do valor justo dos derivativos desde a data do negócio são reconhecidas na rubrica "Ganhos (perdas) líquidos com ativos e passivos financeiros da demonstração consolidada de resultado.

Especificamente, o valor justo dos derivativos financeiros negociados em bolsa incluídos nas carteiras de ativos ou passivos financeiros é considerado equivalente ao seu preço cotado diariamente. Se, por razões excepcionais, não for possível apurar o preço cotado em uma data específica, esses derivativos são mensurados adotando-se métodos similares aos utilizados para mensurar os derivativos negociados em mercado de balcão.

O valor justo dos derivativos negociados em mercado de balcão é considerado equivalente à soma dos fluxos de caixa futuros resultantes do instrumento, descontados a valor presente na data da mensuração ("valor presente"), adotando-se técnicas de avaliação comumente adotadas pelos mercados financeiros: Valor Presente Líquido - VPL, modelos de precificação de opções e outros métodos.

Os Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, adotam o método dos juros efetivos. O "custo amortizado" é o custo de aquisição de um ativo ou passivo financeiro, adicionados ou subtraídos, conforme o caso, os pagamentos do principal e a amortização acumulada.

Reconhecimento de variações do valor justo

Como regra geral, variações no valor contábil de ativos e passivos financeiros classificados como "VJR" são reconhecidas na demonstração consolidada de resultado na rubrica "Ganhos (perdas) líquidos com ativos e passivos financeiros".

Ajustes devidos a variações no valor justo decorrentes de ativos financeiros classificados como VJORA são reconhecidos temporariamente no resultado abrangente na rubrica "Variação do valor justo dos ativos disponíveis para venda". Itens debitados ou creditados a essa conta permanecem no patrimônio líquido até que os respectivos ativos sejam baixados, quando então são lançados para resultado.

Redução ao valor recuperável ("impairment")

O Consolidado reconhece provisões para perdas de crédito esperadas com relação aos instrumentos financeiros que não são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Nenhuma perda por redução ao valor recuperável ("impairment") é reconhecida em instrumentos de capital.

O Consolidado mensura as provisões para perdas a um valor igual às perdas de crédito esperadas durante a vida útil, exceto para os instrumentos abaixo, para os quais são registradas como perdas de crédito esperadas em 12 meses:

- Instrumentos de dívida que apresentam um baixo risco de crédito na data de encerramento; e
- Outros instrumentos financeiros nos quais o risco de crédito não aumentou substancialmente desde o seu reconhecimento inicial.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

O Consolidado estima a perda por redução ao valor recuperável de crédito por meio de uma provisão para perdas esperadas de crédito ("ECLs"). As ECLs são reconhecidas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado ou pelo valor justo através de outros resultados abrangentes (VJORA) e para compromissos específicos relacionados a empréstimos, tais como compromissos de empréstimos e contratos de garantia financeira. A medição das ECLs deve refletir:

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações

contábeis em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- a) Uma quantidade ponderada e imparcial de probabilidades que é determinada pela avaliação de uma gama de resultados possíveis;
- b) O valor do dinheiro no tempo; e
- c) Informações razoáveis e passíveis de verificação sobre eventos passados, condições econômicas atuais e previsões de condições econômicas futuras.

A mensuração da ECL também reflete como o Consolidado administra os instrumentos financeiros.

Informações, premissas e técnicas utilizadas na estimativa da redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

I. Classificação dos instrumentos financeiros por estágios

Os requerimentos de avaliação da redução ao valor recuperável de ativos financeiros são medidos usando um modelo de três estágios com base nas mudanças na qualidade de crédito do instrumento financeiro desde que foi inicialmente reconhecido:

- Estágio 1 - instrumentos financeiros ativos que não tiveram um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial;
- Estágio 2 - instrumentos financeiros ativos que experimentaram um aumento significativo no risco de crédito; e
- Estágio 3 - instrumentos financeiros que foram considerados como ativos problemáticos.

Instrumentos financeiros classificados no estágio 3

Os instrumentos financeiros são incluídos no Estágio 3 quando houver evidência objetiva de redução do valor recuperável na data do balanço. Para os instrumentos Estágio 3, a ECL é calculada considerando a probabilidade de inadimplência sobre a vida útil remanescente de cada instrumento em uma base de ativo individual.

Os ativos financeiros são considerados para fins de avaliação de perda de crédito e incluídos no Estágio 3 quando um ou mais dos seguintes eventos afetam negativamente os fluxos de caixa futuros estimados:

- Dificuldade financeira significativa do emissor ou do tomador;
- Quando houver atraso ou não pagamento;
- O Consolidado viabiliza uma concessão ao tomador por razões econômicas ou contratuais relacionadas à dificuldade financeira da contraparte;
- Tornou-se provável que o tomador entrará em falência ou sofra reorganização societária;
- Um mercado ativo para aquele ativo financeiro não existe mais por causa das dificuldades financeiras do tomador; ou
- Um ativo financeiro é comprado ou originado com um grande desconto que reflete uma perda de crédito incorrida.

Os critérios acima são consistentes com a forma como o Consolidado define '*default*' para fins internos de gerenciamento de risco de crédito.

Considera-se que um ativo financeiro deixou de estar em *default* quando o tomador efetuou pagamentos por um período mínimo de seis meses e há outra evidência objetiva de melhoria de crédito.

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Instrumentos financeiros classificados no estágio 2

Os instrumentos financeiros que tiveram um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial para o qual não há evidência objetiva de *impairment* estão incluídos no Estágio 2.

Para instrumentos no estágio 2, a avaliação da redução ao valor recuperável é calculada considerando a probabilidade de não pagamento ao longo da vida restante do instrumento em uma base coletiva e a receita de juros é calculada sobre o valor contábil bruto do ativo.

O Consolidado avalia a evidência de aumento significativo no risco de crédito considerando se houve uma mudança no risco de ocorrência de inadimplência desde que o instrumento financeiro foi inicialmente reconhecido. Para tal análise são considerados os seguintes fatores:

Critérios quantitativos

O Consolidado determina se a probabilidade de uma inadimplência (PD) ocorrer mudou entre o reconhecimento inicial de instrumentos financeiros e a data do balanço. Se a alteração no PD exceder certos limites relativos e absolutos, o instrumento passou por um aumento significativo no risco de crédito. A avaliação da PD leva em consideração informações razoáveis e suportáveis, incluindo informações sobre eventos passados, condições econômicas atuais e futuras.

Critérios qualitativos

O Consolidado monitora os tomadores que podem ser prejudicados, incluindo-os em sua lista de observação. Os que estão na lista de observação são considerados como tendo experimentado um aumento significativo no risco de crédito. O Consolidado também monitora as mudanças nos ratings internos de risco de crédito (em relação ao *rating* de crédito no reconhecimento inicial) e os gatilhos de inadimplência para determinar se um tomador sofreu um aumento significativo no risco de crédito.

Os instrumentos financeiros que estão no Estágio 2 são movidos para o Estágio 1 no período em que os critérios quantitativos e qualitativos para um aumento significativo no risco de crédito não existirem mais.

Instrumentos financeiros classificados no estágio 1

Os instrumentos financeiros que não tiveram um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial estão incluídos no Estágio 1 a menos que sejam comprados ou originados com problemas de crédito. Para os instrumentos no Estágio 1, a provisão para perdas é calculada considerando a probabilidade de *default* nos 12 meses após a data de reporte numa base coletiva e a receita de juros é calculada sobre o valor contábil bruto do ativo.

II. Metodologia de estimativa de perda esperada

Os seguintes fatores são considerados para a mensuração de perda esperada:

- PD: O modelo estima a probabilidade de *downgrade* e a inadimplência a cada trimestre. As PDs de 12 meses de duração e para vida toda da operação representam a probabilidade de inadimplência que ocorre nos próximos 12 meses e o vencimento remanescente do instrumento, respectivamente. O modelo considera variáveis como região, indústria, segmento específico e outras informações específicas do cenário e do tomador. As PDs são determinadas por operação com base nas classificações de risco e outras características.

- EAD: O modelo prevê a exposição bruta em caso de inadimplência do tomador como uma porcentagem do compromisso total na data de relatório em um determinado ambiente macroeconômico.

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações

contábeis em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O modelo estima a probabilidade de mudança na utilização e na direção e magnitude dessa mudança. As variáveis consideradas incluem exposição e utilização na data do relatório, finalidade da operação, indústria e fatores macroeconômicos.

- LGD: O modelo estima as perdas esperadas em determinados ambientes macroeconômicos na EAD, dado o evento de inadimplência e, levando em conta, entre outros atributos, o efeito mitigador da garantia e o valor do dinheiro no tempo.

A ECL de 12 meses é calculada por meio da utilização da PD de 12 meses, EAD e LGD. A ECL para a vida toda da operação é calculada usando a PD para esse mesmo período.

f. Ativo tangível

O ativo tangível inclui o valor de sistemas de processamento de dados, sistemas de comunicação, terrenos e edifícios, instalações e móveis e equipamentos de uso de propriedade das entidades consolidadas e outros, sendo apresentado pelo custo de aquisição menos a respectiva depreciação acumulada e qualquer perda por redução no valor recuperável (valor contábil líquido superior ao valor recuperável).

Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição adicionado de todos os custos incrementais necessários para colocar o ativo em local e condição de uso, sendo que os custos incorridos posteriormente com estes ativos são imediatamente reconhecidos na rubrica de "despesas administrativas".

A depreciação é determinada pelo método linear com base na vida útil estimada de cada bem. As entidades consolidadas avaliam, na data-base das informações financeiras, se há qualquer indicação de que um ativo pode ser não recuperável (ou seja, seu valor contábil excede seu valor recuperável). Caso tal situação ocorra, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável e as despesas de depreciação futuras são ajustadas proporcionalmente ao valor contábil revisado e à nova vida útil remanescente (se a vida útil precisar ser reestimada)

g. Provisões

As provisões são saldos credores representativos de obrigações presentes (legais ou presumidas) na data do balanço patrimonial decorrentes de eventos passados cuja ocorrência seja considerada provável e cuja natureza seja certa, embora o valor e/ou época sejam incertos.

As demonstrações contábeis do consolidado incluem todas as provisões substanciais em relação às quais se considere provável de que a obrigação tenha de ser liquidada.

Provisões são utilizadas para suprir as obrigações específicas para as quais foram originalmente reconhecidas. Tais provisões são constituídas com base nas melhores informações disponíveis sobre os eventos que lhe deram origem, sendo revisadas e ajustadas (quando necessário) ao final do período. Os eventos futuros que podem afetar o valor exigido para liquidar uma obrigação são refletidos no valor das provisões nas hipóteses em que exista evidência objetiva de sua ocorrência. Provisões são totais ou parcialmente revertidas quando essas obrigações deixam de existir ou são reduzidas.

h. Passivos contingentes

O Consolidado revisa periodicamente suas contingências. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da administração, levando em consideração o parecer de assessores jurídicos quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com razoável segurança.

Para as contingências classificadas como "Prováveis", são constituídas provisões reconhecidas no

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações

contábeis em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Balanço Patrimonial na rubrica Provisões.

Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores.

i. Garantias financeiras

Garantias financeiras são definidas como contratos pelos quais uma entidade se compromete a efetuar pagamentos específicos em nome de um terceiro se este não o fizer, independentemente das diversas formas jurídicas que possam ter.

As garantias financeiras são revisadas periodicamente para a determinação do risco de crédito a que estão expostas e, conforme o caso, para considerar se uma provisão é necessária. As provisões para garantias financeiras estão detalhadas na nota 8 (d).

j. Ativos sob administração

Ativos de terceiros administrados pelas entidades consolidadas não são apresentados no corpo do balanço patrimonial consolidado. As taxas de administração dos respectivos ativos administrados são reconhecidas na rubrica "Receitas de tarifas e comissões" na demonstração consolidada do resultado, de acordo com a competência da prestação do serviço.

k. Benefícios a funcionários

Plano de pensão

O Consolidado é um dos patrocinadores da Multiprev Fundo Múltiplo de Pensão constituído sob a modalidade de contribuição definida. As reservas matemáticas individuais são atribuídas a cada participante e calculadas de acordo com fórmulas e hipóteses atuariais sendo o benefício apurado com base nas contribuições vertidas.

Unidade de ações restritas

Os funcionários elegíveis participam do programa global de remuneração de longo prazo através do recebimento de unidades de ações restritas (RSUs). A mensuração das RSUs é baseada no número de ações da matriz concedidas, multiplicado pelo valor da ação na data da concessão (valor justo). A Instituição registra as despesas com plano de benefícios em ações no resultado em contrapartida ao Patrimônio Líquido, conforme CPC 10 – Pagamento baseado em ações. Em função da existência de um acordo de repagamento à matriz dos benefícios concedidos, a Instituição registra um passivo em contrapartida ao Patrimônio Líquido. Os efeitos de variação cambial desse passivo, convertido pela taxa do dia, são registrados em contrapartida ao resultado.

l. Impostos

A provisão do Imposto de Renda (IRPJ) corrente foi calculada à alíquota de 15% sobre a integralidade da base mais 10% sobre a base excedente a R\$ 240.000,00.

A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) corrente foi calculada à alíquota de 20% para as entidades bancárias e à alíquota de 15% para as demais instituições financeiras. Ativo e passivo fiscais diferidos são calculados sobre prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL, bem como sobre ajustes temporários às bases de IRPJ e da CSLL, sendo registrados contabilmente para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente. Considerando as perspectivas de realização, em 31 de dezembro de 2025:

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) o crédito tributário de IRPJ foi calculado mediante a utilização da alíquota de 25% sobre ajustes temporários a serem realizados e prejuízos fiscais; e
- (ii) para as instituições financeiras bancárias, o crédito tributário relativo à CSLL foi calculado mediante a utilização das alíquotas de 20% e para as demais instituições financeiras de 15% sobre ajustes temporários e base negativa.

m. Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios do Consolidado que foram adquiridos por ele (ações em tesouraria) são deduzidos do patrimônio líquido e contabilizados utilizando o custo médio ponderado. Valores pagos ou recebidos na compra, na venda, na emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido no lucro ou prejuízo na compra, na venda, na emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios.

n. Dividendos e juros sobre capital próprio

Os dividendos e juros sobre capital próprio são calculados e pagos conforme as Demonstrações Contábeis preparadas de acordo com o as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), aplicáveis às instituições autorizadas a operar pelo BACEN.

Os dividendos e os juros sobre o capital próprio pagos são apresentados como uma redução do Patrimônio Líquido.

o. Estimativas e premissas críticas

Os impactos mais significativos em saldos de ativos, passivos, receitas e despesas e nas divulgações de notas explicativas, estão descritos nas notas 3 (e (II)), 3 (i), 14 e 24 (II).

p. Lucro por ação

O lucro por ação é calculado pela divisão do lucro líquido atribuído aos controladores do J. P. Morgan pela média ponderada do número de ações ordinárias em cada exercício. A média ponderada do número de ações é calculada com base nos períodos nos quais as ações estavam em circulação.

O montante do lucro por ação foi determinado como se todos os lucros fossem distribuídos e calculados de acordo com os requerimentos do IAS 33 – Lucros por ação.

q. Reconhecimento de receita e despesa

Os critérios mais significativos utilizados pelo Consolidado para reconhecer suas receitas e despesas são resumidos a seguir:

Receita e despesa com juros e similares

Receitas e despesas de juros e similares são reconhecidas no resultado pelo prazo dos instrumentos financeiros originados (regime de competência) por meio da utilização do método da taxa de juros efetiva.

Receita de tarifas e comissões

O Consolidado auferir receita de taxas e comissões por meio de diversos tipos de serviços que fornece aos seus clientes. Receita proveniente de taxas pode ser segregada nas seguintes categorias:

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações

contábeis em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Taxas auferidas com a prestação de serviços ao longo do período são apropriadas ao longo do mesmo período. Essas taxas incluem receita de comissão e gerenciamento de ativos, custódia e outras taxas de gerenciamento e assessoria.

Taxas decorrentes de negociações ou da participação em negociações com terceiros, como, por exemplo, contrato de aquisição de ações ou outros títulos ou a aquisição ou venda de um negócio, são reconhecidas ao término da transação que gerou a taxa. Taxas ou componentes de taxas que são provavelmente relacionadas com performance específica são reconhecidas depois de cumprir o critério específico.

r. Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa

Os termos, a seguir, são usados na demonstração consolidada dos fluxos de caixa com os seguintes significados:

- Caixa e equivalentes de caixa - são representados por disponibilidades em moeda nacional ou em moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva da aplicação seja igual ou inferior a 3 meses e sejam utilizados para gerenciamento dos compromissos de curto prazo.
- Fluxos de caixa - são entradas e saídas de caixa e equivalentes de caixa.
- Atividades operacionais - são as principais atividades geradoras de receita de uma entidade e outras que não sejam atividades de financiamento ou de investimento.
- Atividades de investimento - são a aquisição e a alienação de ativos de longo prazo e outros investimentos não incluídos em equivalentes de caixa.
- Atividades de financiamento - são atividades que resultam em mudanças no tamanho e na composição do patrimônio líquido e no endividamento da entidade.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Para fins da Demonstração consolidada de fluxos de caixa, o valor de caixa e equivalentes a caixa é composto pelos seguintes itens (montantes com prazos originais de vencimento igual ou inferior a 3 meses):

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Disponibilidades	49.116	142.273
Aplicações em operações compromissadas	29.109.745	22.186.572
Aplicações em depósitos voluntários no BACEN	51.399.999	18.499.999
Aplicações em moeda estrangeira	125.582	404.469
Total	<u>80.684.442</u>	<u>41.233.313</u>

5. Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado – Instrumentos de dívida, patrimônio, empréstimos e adiantamentos

Para cálculo do valor de mercado da carteira de ativos financeiros são utilizados os seguintes critérios:

- Títulos públicos federais e títulos privados: apurado com base nos preços médios de negociação ou pelo valor líquido provável de realização obtido mediante adoção de técnica ou modelo de precificação. Os títulos públicos brasileiros têm seus preços ajustados para refletir o preço observável no mercado, conforme publicado pela ANBIMA. Títulos classificados como VJORA, que não se enquadram como para VJR nem como custo amortizado, são ajustados ao valor de mercado em contrapartida à conta destacada

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

do patrimônio líquido denominada “ajuste de avaliação patrimonial”, deduzidos dos efeitos tributários.

. Ações: cotação de fechamento divulgada pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3).

. Operações compromissadas: Os valores justos foram estimados por meio do cálculo de fluxo de caixa descontado através das taxas de juros oferecidas no mercado considerando prazos e vencimentos similares.

	2025		
Ativos financeiros - VJR	Valor de Custo	Ganhos /(perdas)	Valor Justo
Instrumentos de dívida	34.831.618	(35.428)	34.796.190
Títulos de dívida do governo brasileiro	25.588.595	(48.813)	25.539.782
Títulos de dívida de governo estrangeiro	9.243.023	13.385	9.256.408
Instrumentos de patrimônio	2.831.127	(114.691)	2.716.436
Ações listadas em bolsa	2.740.176	(114.691)	2.625.485
Cotas de fundos de investimento	90.951	-	90.951
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	53.499.950	99	53.500.049
Aplicações em operações compromissadas	19.499.950	99	19.500.049
Aplicações em depósitos voluntários no BACEN	34.000.000	-	34.000.000
Total	91.162.695	(150.020)	91.012.675
			2024
Ativos financeiros - VJR	Valor de Custo	Ganhos /(perdas)	Valor Justo
Instrumentos de dívida	16.985.099	(12.726)	16.972.373
Títulos de dívida do governo brasileiro	12.720.578	(117.144)	12.603.434
Títulos de dívida de governo estrangeiro	4.264.521	104.418	4.368.939
Instrumentos de patrimônio	1.456.490	(139.721)	1.316.769
Ações listadas em bolsa	1.377.057	(139.721)	1.237.336
Cotas de fundos de investimento	79.433	-	79.433
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	16.029.978	95	16.030.073
Aplicações em operações compromissadas	11.429.979	95	11.430.074
Aplicações em depósitos voluntários no BACEN	4.599.999	-	4.599.999
Total	34.471.567	(152.352)	34.319.215

6. Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado – Instrumentos financeiros derivativos

O Consolidado participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam a atender necessidades próprias e de seus clientes, com o objetivo de reduzir sua exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros. A administração desses riscos é efetuada por meio da definição de estratégias de operação,

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações

contábeis em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

estabelecimento de sistemas de controles e determinação de limites de risco de mercado das posições.

As operações com instrumentos financeiros derivativos geralmente representam compromissos futuros ou direitos para trocar moedas ou indexadores, para comprar ou vender outros instrumentos financeiros nos termos e datas especificadas nos contratos ou, ainda, compromissos ou direitos para trocar pagamentos futuros de juros.

Os instrumentos financeiros derivativos são compostos por operações a termo, incluindo contratos de câmbio a liquidar, operações com opções, operações de futuros e operações de *swaps* e são classificados na categoria de instrumentos financeiros derivativos não considerados como *hedge accounting*, sendo assim avaliados a valor de mercado em contrapartida às contas de receita ou despesa, no resultado do período.

Para cálculo do valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos são utilizados os seguintes critérios:

- . *Swaps* e termos - apurado com base nos preços médios de negociação ou pelo valor líquido provável de realização obtido mediante adoção de técnica ou modelo de precificação.
- . Opções - modelo de precificação "Black & Scholes" e modelos internos, quando o modelo "Black & Scholes" não é aplicável.
- . Futuros - cotações e taxas publicadas pela B3.

Para os ativos financeiros são realizados ajustes resultantes dos procedimentos de avaliação de apreçamento prevista pela Resolução nº 4.277. A avaliação da necessidade de ajuste independe da metodologia de apreçamento adotada, sendo observados critérios de prudência, relevância e confiabilidade.

CVA (Credit Valuation Adjustment): São realizados ajustes para os derivativos de balcão em decorrência de variação da qualidade creditícia da contraparte quando o preço de mercado de um instrumento financeiro (ou parâmetro utilizado para avaliar um instrumento financeiro) não é indicativo da qualidade de crédito da contraparte. A prática de mercado está pautada na premissa de que ao cotar preços, todas as contrapartes em operações de derivativos no mercado de balcão organizado têm a mesma qualidade de crédito. Portanto, é necessário um ajuste para refletir a qualidade de crédito de cada contraparte para se chegar ao valor de mercado. O ajuste também considera fatores contratuais destinados a reduzir a exposição de crédito do Consolidado para cada contraparte, tais como garantias e direitos de compensação.

FVA (Funding Valuation Adjustments): São realizados ajustes para incorporar o impacto do financiamento na mensuração a valor justo de derivativos sem garantias, a fim de refletir adequadamente os custos e benefícios de financiamento associados à manutenção dessas posições. A estrutura de FVA incorpora *inputs*, como: (i) os requisitos de financiamento esperados decorrentes das posições da entidade com cada contraparte; e (ii) o custo estimado de financiamento no mercado que, para instrumentos financeiros derivativos passivos, é considerado o risco de crédito da entidade (DVA).

As garantias dadas nas operações de instrumentos financeiros derivativos junto à B3 são representadas por títulos públicos federais e totalizam R\$ 13.779.775 (2024 - 3.927.372). Os derivativos ativos e passivos são apresentados de forma líquida no Balanço Patrimonial uma vez que o Consolidado possui acordos para compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional e porque atende os critérios de compensação do parágrafo 42 do IAS 32 – Instrumentos Financeiros. O quadro abaixo demonstra esse efeito de compensação (*offsetting*):

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2025		2024	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Operações de <i>swap</i>	2.258.299	2.949.973	1.896.275	3.194.756
Operações a termo e câmbio	20.021	4.719	32.657	16.811
Operações com opções	934.597	1.086.017	1.397.454	1.872.556
Outros derivativos	1.597.143	2.885.878	5.295.643	2.493.432
Total operações	4.810.060	6.926.587	8.622.029	7.577.555
Efeito do <i>offsetting</i> – transferido	(808.804)	(473.365)	(1.428.289)	(704.195)
Efeito do <i>offsetting</i> – recebido	(473.365)	(808.804)	(704.195)	(1.428.289)
Total do efeito do <i>offsetting</i>	(1.282.169)	(1.282.169)	(2.132.484)	(2.132.484)
Total	3.527.891	5.644.418	6.489.545	5.479.437

Abaixo, composição dos derivativos, antes do processo de *offsetting*, (ativos e passivos) por tipo de instrumento, demonstrada pelo seu valor de custo e de mercado.

	Valor de custo corrigido	Ganhos / (Perdas) não realizados	Valor Justo	
			2025	2024
Ativo	5.872.995	(1.062.935)	4.810.060	8.622.029
Operações de <i>swap</i>	3.057.067	(798.7998)	2.258.299	1.896.275
Operações a termo	16.901	3.120	20.021	32.657
Operações com opções	1.212.876	(278.279)	934.597	1.397.454
Outros derivativos	1.586.151	10.992	1.597.143	5.295.643
Passivo	10.704.152	(3.777.565)	6.926.587	7.577.555
Operações de <i>swap</i>	6.876.296	(3.926.323)	2.949.973	3.194.756
Operações a termo	7.709	(2.990)	4.719	16.811
Operações com opções	904.222	181.795	1.086.017	1.872.556
Outros derivativos	2.915.925	(30.047)	2.885.878	2.493.432

Os contratos de derivativos estão segregados da seguinte forma:

	Até três meses	Três a doze meses	Um a três anos	Acima de três anos	Total	
					2025	2024
Ativo	1.064.556	1.194.044	1.037.322	1.514.138	4.810.060	8.622.029
Operações de <i>swap</i>	35.453	201.289	580.425	1.441.132	2.258.299	1.896.275
Operações a termo	20.021	-	-	-	20.021	32.657

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Operações com opções	238.947	311.977	310.667	73.006	934.597	1.397.454
Outros derivativos	770.135	680.778	146.230	-	1.597.143	5.295.643
Passivo	1.786.646	1.782.990	1.225.783	2.131.168	6.926.587	7.577.555
Operações de swap	465.796	34.491	463.804	1.985.882	2.949.973	3.194.756
Operações com opções	133.839	416.459	461.005	74.714	1.086.017	1.872.556
Operações a termo	4.719	-	-	-	4.719	16.811
Outros derivativos	1.182.292	1.332.040	300.974	70.572	2.885.878	2.493.432

Os contratos de derivativos (valor nominal) possuem os seguintes vencimentos:

	Até três meses	Três a doze meses	Um a três anos	Acima de três anos	Total	
					2025	2024
Operações de swap	72.758.766	21.034.444	28.902.246	87.097.963	209.793.419	100.043.177
Operações com opções - compra	64.776.406	56.647.035	5.617.046	668.964	127.709.451	29.760.214
Operações com opções - venda	100.182.978	34.634.557	5.622.928	669.192	141.109.655	28.728.091
Operações a termo	22.486.389	1.000	-	-	22.487.389	27.354.951
Outros derivativos	50.947.681	44.524.673	11.300.293	757.355	107.530.002	87.569.733

Ganhos e (perdas) referentes a carteira de derivativos:

	2025	2024
Swap	(3.550.963)	2.375.595
Termo	3.303	504.074
Opções	(2.182.109)	(704.282)
Futuros	4.825.810	(1.619.998)
Outros derivativos	(5.118.549)	6.341.326
Total	(6.022.508)	6.896.715

Os instrumentos financeiros mensurados a valor justo são classificados em três níveis em uma hierarquia

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

de valor justo baseado na observabilidade dos dados utilizados no processo de mensuração.

Nível 1: Utilizam-se dados observáveis que refletem os preços cotados para ativos ou passivos idênticos em mercados ativos, no qual possam ser obtidas informações confiáveis de valor justo sem a utilização de modelos ou ajustes internos.

Nível 2: São classificados no nível 2, instrumentos financeiros cujos dados utilizados na mensuração incluem:

- (i) preços cotados para ativos ou passivos semelhantes em mercados ativos;
- (ii) preços cotados para ativos ou passivos idênticos ou semelhantes em mercados que não são ativos, isto é, mercados nos quais há poucas transações para o ativo ou passivo, os preços não são correntes, ou nos quais poucas informações são divulgadas publicamente;
- (iii) informações que não possuem preços cotados para o ativo ou passivo (por exemplo, taxas de juros e curvas de rentabilidade observáveis em intervalos cotados regularmente, volatilidades, etc.);
- (iv) informações que são derivadas principalmente por dados do mercado observáveis através de correlação ou por outros meios.

Nível 3: Consideram-se dados não são observáveis e significativos para a mensuração a valor justo do instrumento. A mensuração a valor justo de instrumentos nível 3 é baseada em modelos que incorporam um ou mais *inputs* significativos, dentre os quais, são pouco ou nada observáveis.

Instrumentos para os quais sejam considerados dados não observáveis devem ser classificados como nível 3 com exceção de que seja apresentada evidência para demonstrar que os *inputs* não observáveis não são significativos na mensuração.

Abaixo segue composição dos valores patrimoniais, sem considerar o offsetting dos derivativos:

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total 2025
Ativos financeiros – VJR e VJORA				
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	19.500.049	-	19.500.049
Títulos e valores mobiliários	38.984.994	556.933	30.536	39.572.463
Instrumentos financeiros derivativos	-	4.674.460	135.600	4.810.060

Passivos financeiros – VJR

Instrumentos financeiros derivativos	428.675	6.160.109	337.803	6.926.587
Captações no mercado aberto	435.167	-	-	435.167
Outros passivos financeiros	1.299.295	-	-	1.299.295

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total 2024
Ativos financeiros – VJR e VJORA				
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	11.430.074	-	11.430.074
Títulos e valores mobiliários	18.209.709	4.679.432	-	22.889.141
Instrumentos financeiros derivativos	409.442	7.891.993	320.594	8.622.029

Passivos financeiros – VJR

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Instrumentos financeiros derivativos	278.722	6.799.542	499.291	7.577.555
Outros passivos financeiros	792.751	-	-	792.751

Movimentação das operações Nível 3:
(Instrumentos financeiros derivativos líquidos)

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Saldo inicial	(178.697)	(282.068)
Novas operações	52.236	(13.464)
Liquidação de operações	(4.879)	50.798
Resultado das operações no exercício	(40.326)	66.037
Saldo final	(171.667)	(178.697)

7. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

	<u>2025</u>		
Ativos financeiros - VJORA	Valor de Custo	Ganhos /(perdas)	Valor Justo
Instrumentos de dívida	2.370.746	(43.029)	2.327.717
Títulos de dívida do governo brasileiro	1.771.813	(1.029)	1.770.784
Debêntures	598.933	(42.000)	556.933

Não foram apresentado saldos de ativos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados no exercício encerrado em dezembro de 2024.

8. Ativos Financeiros mensurados ao Custo Amortizado

a. Empréstimos e adiantamentos a clientes

A carteira de crédito é composta pelos ativos financeiros listados abaixo:

Ativo Financeiro	<u>2025</u>	<u>2024</u>
	Valor de Custo	Valor de Custo
Empréstimos	257.256	333.078
Títulos descontados	1.662.106	1.531.930
Empréstimos de ação	-	590.134
Outros créditos a receber	-	364.001
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	670.404	535.229
(-) Perda esperada	(10.515)	(92.399)
Total	2.579.251	3.261.973

A totalidade dos empréstimos e adiantamentos a clientes, no montante de R\$ 2.579.251 (2024 - R\$ 3.261.973), está concentrada no setor privado, não havendo operações com o governo.

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 2025, não haviam operações de crédito em atraso (2024 – R\$ 82.580).

Situação de vencimento da carteira:

Empréstimos e adiantamentos a clientes	2025	2024
Vencimentos até um ano	1.960.651	2.893.769
Vencimentos após um ano	618.600	368.204
Total	2.579.251	3.261.973

b. Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras

	2025	2024
Ativo Financeiro	Valor de Custo	Valor de Custo
Aplicações em moeda estrangeira	125.581	404.469
Aplicações em operações compromissadas	9.609.697	10.756.497
Aplicações em depósitos voluntários no BACEN	17.399.999	13.900.000
Aplicações em depósitos interfinanceiros	818.255	514.091
Total	27.953.532	25.575.057

As operações com instituições financeiras possuem vencimento em até 12 meses.

c. Outros ativos financeiros

	2025	2024
Ativo Financeiro	Valor de Custo	Valor de Custo
Negociação e intermediação de valores	1.790.555	1.071.480
Outros	23.317	15.054
Total	1.813.872	1.086.534

d. Classificação por estágios e provisão para perda esperada

	2025			
	Estágios			Total
Ativo Financeiro	1	2	3	
Empréstimos e adiantamentos a clientes	2.183.445	406.321	-	2.589.766
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	27.953.532	-	-	27.953.532
Outros ativos financeiros	1.813.872	-	-	1.813.872
(-) Perda esperada	(7.498)	(3.017)	-	(10.515)
Total	31.943.351	403.304	-	32.346.655

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2024			
	Estágios			Total
	1	2	3	
Ativo Financeiro				
Empréstimos e adiantamentos a clientes	3.182.474	89.318	82.580	3.354.372
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	25.575.057	-	-	25.575.057
Outros ativos financeiros	1.086.534	-	-	1.086.534
(-) Perda esperada	<u>(9.524)</u>	<u>(295)</u>	<u>(82.580)</u>	<u>(92.399)</u>
Total	29.834.541	89.023	-	29.923.564

Em janeiro de 2025, foi baixado para prejuízo operações de crédito no valor de R\$82.580, não tendo tido baixas em 2024.

Foram classificados no estágio 3, ativos problemáticos que apresentaram evidências objetivas de redução do valor recuperável, apresentando um ou mais dos indícios descritos na nota 3 (e (I)). Estes ativos foram renegociados e reestruturados, e estão apresentados pelo valor líquido de provisão conforme indicado pelas normas internacionais.

Os contratos de empréstimos e adiantamentos a clientes classificados no estágio 2 referem-se a operações que apresentaram deterioração na classificação por risco de crédito desde sua contratação. Adicionalmente o Consolidado possui provisão para perda esperada para garantias prestadas a clientes conforme abaixo:

	2025		
	Estágios		Total
	1	2	
Ativo Financeiro			
Fianças. avais e outras garantias prestadas a clientes	2.345.396	314.690	2.660.086
(-) Perda esperada	<u>(1.660)</u>	<u>(3.304)</u>	<u>(4.964)</u>
Total	2.343.736	311.386	2.655.122

	2024		
	Estágios		Total
	1	2	
Ativo Financeiro			
Fianças. avais e outras garantias prestadas a clientes	246.381	313.850	560.231
(-) Perda esperada	<u>(977)</u>	<u>(1.629)</u>	<u>(2.606)</u>
Total	245.404	312.221	557.625

e. Movimentação por estágios

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Estágios			Total
	1	2	3	
Ativo Financeiro				
Saldo inicial 01 de janeiro 2025	30.080.922	402.873	-	29.923.564
Transferências estágio 1	323.893	(323.893)	-	-
Transferências estágio 2	(415.245)	415.245	-	-
Transferências estágio 3	-	-	-	-
Aquisição / (Liquidação)	2.930.117	223.770	-	3.153.887
Saldo final 31 de dezembro 2025	32.919.687	717.995	-	33.637.682

f. Movimentação da provisão para perda esperada por estágios

	Estágios			Total
	1	2	3	
Ativo Financeiro				
Saldo inicial 01 de janeiro 2025	(10.501)	(1.924)	(82.580)	(95.005)
(Constituição) / Reversão	1.342	(4.396)	-	(3.054)
Baixa	-	-	82.580	82.580
Saldo final 31 de dezembro 2025	(9.159)	(6.320)	-	(15.479)

9. Ativo tangível

	2025			2024		
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em curso	2.961	-	2.961	348	-	348
Instalações	77.429	(59.985)	17.444	85.632	(83.088)	2.5440
Móveis e equipamentos	95.844	(73.555)	22.289	82.739	(39.889)	42.850
Imóveis	79.509	(28.038)	51.471	97.543	(38.679)	58.864
Direito de uso	83.818	(9.839)	73.979	9.191	(1.279)	7.912
Total	339.561	(171.417)	168.144	275.453	(162.935)	112.518

10. Passivos financeiros

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a. Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado

Passivos Financeiros - VJR	2025		
	Valor de Custo	Ganhos / (perdas)	Valor Justo
Obrigações por empréstimos	7.189.360	81.361	7.270.721
Operações compromissadas	5.971.700	(274)	5.971.426
Obrigações por venda de instrumentos financeiros de terceiros emprestados	1.217.660	81.635	1.299.295
Total	7.189.360	81.361	7.270.721

Passivos Financeiros - VJR	2024		
	Valor de Custo	Ganhos / (perdas)	Valor Justo
Obrigações por empréstimos	5.063.533	(751)	5.062.782
Operações compromissadas	5.063.533	(751)	5.062.782
Total	5.063.533	(751)	5.062.782

Em 2025 e 2024, os passivos financeiros mensurados a valor justo no resultado possuíam vencimento em até 12 meses.

b. Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

Passivos financeiros - Custo amortizado	2025		2024	
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Depósitos de clientes	10.556.229	10.221.989	20.778.218	18.670.959
Depósitos a prazo	8.819.350	10.221.989	19.041.339	17.273.525
Depósitos à vista	1.724.983	-	1.724.983	1.397.434
Depósitos em moedas estrangeiras	11.896	-	11.896	-
Depósitos de instituições financeiras	501.595	-	501.595	568.666
Depósitos interfinanceiros	501.595	-	501.595	568.666
Obrigações por empréstimos	79.266.159	-	79.266.159	25.325.043
Empréstimos no exterior	71.406.600	-	71.406.600	20.840.943
Operações compromissadas	7.859.559	-	7.859.559	4.484.100
Outros passivos financeiros	6.748.653	-	6.748.653	5.467.327
Negociação e intermediação de valores	6.541.810	-	6.541.810	5.446.732
Outros	206.843	-	206.843	-
Total	97.072.636	10.221.989	107.294.625	50.031.995

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os empréstimos no exterior são representados por recursos captados em instituições financeiras do J.P.Morgan Chase Bank no exterior, com vencimento em até um ano. As taxas de juros para as captações em dólar americano variam entre 3,23% a 3,80% a.a. (2024 – 3,76% a 4,42% a.a.).

11. Outros ativos e passivos

	Circulante	Não Circulante	2025	2024
Outros ativos	3.378.218	817.807	4.196.025	3.218.855
Devedores por depósito em garantia	-	817.490	817.490	793.733
Reservas no Banco Central (1)	2.701.604	-	2.701.604	2.229.502
Rendas a receber	581.900	-	581.900	135.846
Devedores diversos – exterior	69.341	-	69.342	3.542
Diversos	25.373	317	25.690	56.232
Outros passivos	889.078	303.972	1.193.050	983.363
Sociais e estatutárias	42.906	-	42.906	39.004
Provisão para pagamentos com despesa de pessoal	454.007	303.972	757.979	774.516
Provisão para outros pagamentos	34.772	-	34.772	42.098
Credores diversos – exterior	87.420	-	87.420	33.771
Arrendamentos	75.415	-	75.415	-
Diversos	194.558	-	194.558	93.974

Em consonância com os parâmetros estabelecidos pela IFRS 9, os saldos de Negociação e intermediação de valores estão classificados como Outros ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (Nota 8(c)) e outros passivos financeiros mensurados ao custo amortizado (Nota 11 (b)).

(1) O valor é composto por reservas compulsórias no Banco Central no valor de R\$ 2.413.870 (dezembro de 2024 – R\$ 1.695.083) e reserva PIX no valor de R\$ 287.734 (dezembro de 2024 – R\$ 534.419).

12. Contingências e outros compromissos

Em geral, as provisões referentes a ações judiciais do Consolidado são de longo prazo, considerando o tempo necessário para a conclusão dessas ações no sistema judicial brasileiro. Assim, observamos que é

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

difícil fazer estimativas precisas com relação ao ano específico em que a ação judicial será concluída, principalmente nas etapas iniciais de um caso. Por essa razão, o Consolidado não inclui estimativas referentes à futura data do acordo para a maioria das provisões significativas resultantes de ações judiciais.

As obrigações legais e provisões para contingências constituídas, as variações no exercício e os correspondentes depósitos judiciais estão assim apresentados:

(a) Provisões constituídas

(a.1) Composição dos saldos patrimoniais

	2025		2024	
	Depósitos judiciais	Provisões	Depósitos judiciais	Provisões
Fiscais e previdenciárias	789.651	551.586	742.222	482.551
Cíveis	769	32.723	21.740	89.229
Trabalhistas	27.070	23.887	24.771	24.096
Total	817.490	608.196	788.733	595.876

Os saldos de depósitos judiciais e das provisões são todos de longo prazo nas datas-bases demonstradas acima.

(a.2) Movimentação dos saldos patrimoniais

	Fiscais e previdenciárias	Cíveis	Trabalhistas	Total 2025
Saldo inicial	482.551	89.229	24.096	595.876
Despesas financeiras – juros	21.885	2.941	1.297	26.124
Constituições	74.775	225	2.818	77.818
Anistia	(15.397)	-	-	(15.397)
Reversões	(11.733)	(41.370)	-	(53.103)
Pagamentos	(495)	(18.302)	(4.325)	(23.122)
Total	551.586	32.723	23.887	608.196

	Fiscais e previdenciárias	Cíveis	Trabalhistas	Total 2024
Saldo inicial	464.139	85.329	26.561	576.029
Despesas financeiras – juros	18.505	3.901	2.609	25.015
Constituições	722	12	782	1.516
Reversões	(55)	(6)	(298)	(359)
Pagamentos	(760)	(7)	(5.558)	(6.325)
Total	482.551	89.229	24.096	595.876

(a.3) Fiscais e previdenciárias - obrigações legais

O Consolidado é parte em processos judiciais de natureza tributária, sendo as principais demandas aquelas que envolvem os seguintes assuntos: (i) dedutibilidade da despesa da CSLL da base de cálculo

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações

contábeis em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

do Imposto de Renda, (ii) cobrança de alíquota diferenciada de CSLL, em relação às empresas não financeiras. Por representarem obrigações legais, o montante envolvido está integralmente provisionado.

(a.4) Fiscais e previdenciárias - passivos contingentes

O Consolidado também é parte em processos judiciais de natureza tributária que são caracterizados como passivos contingentes e cujo risco de perda é classificado como possível pelos advogados externos responsáveis pela condução de tais demandas, sendo as principais, aquelas que envolvem os seguintes assuntos:

- (i) Imposição do ISS sem amparo da lei federal (taxatividade da lista federal de serviços em relação à lista municipal) no valor de R\$ 164.345 (2024 - R\$ 155.715);
- (ii) IRPJ e CSLL, sobre ganhos decorrentes da desmutualização da Bovespa e BM&F e da CETIP, no valor de R\$ 10.444 (2024 - R\$ 28.615);
- (iii) IRPJ sobre a glosa de dedução de despesas de PLR e gratificações pagas a diretores estatutários R\$ 56.132 (2024 - R\$ 52.727);
- (iv) IOF/ Câmbio de investidor não residente no qual o Banco foi autuado na qualidade de responsável tributário no valor de R\$ 1.011.904 (2024 - R\$ 950.039). O Banco possui direito de reembolso em caso de potenciais perdas, conforme previsão contratual.
- (v) Autuações da Prefeitura de São Paulo sobre IRPJ e CSLL, no importe total de R\$ 61.139 (2024 - R\$ 49.498) mas envolvendo outros períodos. O risco de perda também é classificado como possível pelos advogados responsáveis pela sua defesa.
- (vi) Outros casos que totalizam R\$ 148.073 (2024 - R\$ 204.479).

(a.5) Ações trabalhistas

Referem-se a ações trabalhistas contra o Consolidado, patrocinadas por ex-funcionários. O valor das contingências trabalhistas é provisionado considerando as características individuais de cada ação. As contingências classificadas como possíveis pelos advogados responsáveis pela condução dos casos, montam R\$ 10.935 (2024 - R\$ 17.400).

(a.6) Ações cíveis

O Conglomerado é parte em processos judiciais e administrativos de natureza cível decorrentes, em sua grande maioria, das atividades desenvolvidas pelos bancos e empresas que incorporou ao longo dos anos. Com isso, o Conglomerado possui um número limitado de processos relativos à sua atual estrutura e respectivos serviços.

As provisões são constituídas com base nas opiniões de assessores jurídicos internos e externos sobre a probabilidade de perda de cada ação. A probabilidade de perda é definida através da avaliação individual das ações, que é baseada em análise histórica de informações disponíveis através de experiências em casos passados e semelhantes, daquilo que o mercado vem vivenciando e aplicando, dos entendimentos proferidos por nossos órgãos reguladores e/ou fiscalizadores, das decisões até então proferidas nos casos existentes, assim como na jurisprudência atual dos tribunais.

Os principais processos cíveis são referentes à cobrança de expurgos inflacionários decorrentes dos diversos planos econômicos instituídos pelo Governo Federal brasileiro entre os anos de 1989 e 1994. Tais planos tiveram como objetivo a estabilização econômica e combate à hiperinflação (Planos Econômicos). Através de tais processos os detentores de certos tipos de investimento questionam o valor creditado pelo Conglomerado por entenderem que as alterações trazidas pelos Planos Econômicos violaram direitos adquiridos relativos à aplicação de índices inflacionários. Em dezembro de 2017, foi firmado acordo entre representantes de bancos e associações de defesa do consumidor sobre o ressarcimento de perdas supostamente registradas por conta de planos econômicos (“Acordo”), que foi

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações

contábeis em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

devidamente homologado pelo Supremo Tribunal Federal (“STF”) no início de 2018. Em maio de 2020, o STF homologou um termo aditivo ao Acordo prorrogando o prazo de adesão por até 60 meses adicionais.

Com relação ao Plano Real, o STF julgou em maio de 2019 a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 77, declarando constitucional o art. 38 da Lei que instituiu referido plano.

Quanto aos demais Planos Econômicos, estes ainda dependem de uma decisão final do STF que, em razão da grande relevância do tema, determinou a suspensão de todos os recursos ainda pendentes. Não há, nesse momento, previsão para o julgamento final das ações pendentes no STF.

As contingências classificadas como possíveis pelos advogados responsáveis pela condução dos casos, montam R\$ 1.311 (2024 – R\$ 34).

13. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

A natureza e a origem do imposto de renda e da contribuição social diferidos e dos créditos tributários são demonstrados como segue:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Diferenças temporárias	723.208	819.345
Contingências	162.749	190.480
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	52.990	42.595
Provisão para honorários advocatícios	1.266	12.244
Provisão para participação nos lucros	156.296	123.401
Marcação a mercado	194.627	273.276
Unidades de ações restritas – RSU	124.427	184.706
Outros	12.132	(7.357)
Prejuízos fiscais e base negativa	182.502	133.819
Créditos tributários – ativo	905.710	953.164
Obrigações fiscais diferidas – passivo	1.647.400	1.253.206

No exercício foi constituído crédito tributário de R\$ 333.721 (2024 - R\$ 547.630), tendo sido realizado R\$ 381.175 (2024 - R\$ 232.329) sobre diferenças temporárias.

Em 2025 foi constituído passivo fiscal diferido passivo no valor de R\$ 394.194 (2024 - 680.121), não tendo sido realizado valores em 2025 (2024 - R\$ 92).

O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a estimativa de taxa de juros futuros apurada com base em informações de mercado monta a R\$ 667.191 (2024 - R\$ 534.019).

A tributação, considerando as alíquotas vigentes de imposto de renda e contribuição social (Nota 3 (I)), sobre o resultado antes dos impostos é demonstrada como segue:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	3.245.870	2.091.234
Encargo total do IRPJ e CSLL às alíquotas vigentes (1)	(1.413.377)	(916.291)
Juros sobre capital próprio	357.500	278.100

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações

contábeis em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Outras	<u>262.818</u>	<u>72.767</u>
Efeito das adições e exclusões no cálculo de tributo	<u>620.318</u>	<u>350.867</u>
IRPJ e CSLL no exercício	<u>(793.059)</u>	<u>(565.424)</u>

(1) Considera alíquotas conforme descrito na nota explicativa 3(m).

14. Patrimônio líquido

O capital social do Banco é formado por 5.655 ações ordinárias (dezembro de 2024 – 5.655 ações ordinárias), todas nominativas e sem valor nominal.

Aos acionistas é assegurado um dividendo anual não cumulativo de pelo menos 25% do lucro líquido do exercício do Banco, apurado de acordo com as regras contábeis do Banco Central do Brasil, sendo que o saldo remanescente terá a destinação determinada pela Assembleia Geral de Acionistas.

A Reserva de lucros – Estatutária poderá ser futuramente utilizada para aumento de capital com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais à Instituição, bem como para garantir futura distribuição de dividendos.

A Reserva de lucros – Legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do período, até o limite de 20% do capital social. A reserva poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das reservas de capital atingir 30% do capital social.

Em Assembleias Gerais Extraordinárias, realizadas em novembro e dezembro de 2024, foram aprovadas distribuições de juros sobre o capital próprio aos acionistas no montante total de R\$ 618.000 (nota 3(j)), os quais são atribuídos a título de dividendos mínimos, não cabendo a distribuição de recursos adicionais, conforme determinação do acionista controlador. O imposto de renda retido na fonte à alíquota de 15% foi de R\$ 92.700. Também foi aprovada a utilização do valor líquido de R\$ 525.300 para o aumento do capital da Sociedade, sem a emissão de novas ações. O aumento de capital e as demais ações foram aprovadas pelo BACEN em dezembro de 2024 e fevereiro de 2025.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 27 de novembro de 2025, foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio aos acionistas, no montante de R\$ 820.000 e a utilização do valor líquido de R\$ 670.000 para o aumento do capital da Instituição, sem a emissão de novas ações. O aumento de capital foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em dezembro de 2025.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 11 de dezembro de 2025, foi aprovado o aumento do capital social em R\$ 2.000.000, sendo R\$ 1.700.000 a partir da capitalização de parte da conta de Reserva de Lucros - Estatutária, e R\$ 300.000 pela capitalização de parte da conta de Reserva Legal. Na mesma data, foi aprovada a distribuição de dividendos aos acionistas, no montante bruto de R\$ 2.500.000, oriundos de parte da conta de Reserva de Lucros – Estatutária.

O total aprovado durante o exercício de 2025, é atribuído à título de dividendos mínimos do exercício, conforme determinação do acionista controlador.

15. Receitas e despesas com juros e similares e ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros

(a) Receitas com juros e similares

Receitas com juros e similares na demonstração do resultado consolidado compõem-se de juros acumulados no ano sobre ativos financeiros, calculados aplicando-se o método dos juros efetivos. Os juros são reconhecidos pelo valor bruto, sem a dedução de impostos retidos na fonte.

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Aplicações no mercado aberto	3.837.175	3.743.126
Aplicações em títulos de renda fixa	2.824.599	2.103.911

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Empréstimos e adiantamentos	4.414.317	2.814.759
Aplicações no exterior	5.741	11.721
Outros ativos financeiros	52.792	51.565
	<u>11.134.624</u>	<u>8.725.082</u>

(b) Despesas com juros e similares

Despesas com juros e similares na demonstração do resultado consolidado compõem-se de juros acumulados no ano sobre todos os passivos financeiros com retorno implícito ou explícito, calculados aplicando-se o método dos juros efetivos.

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Passivos financeiros	(1.443.080)	(1.986.647)
Depósitos	(2.154.783)	(2.304.182)
Despesas de operações compromissadas	(2.077.374)	(768.950)
Outros passivos financeiros	(38.619)	(33.196)
	<u>(5.713.856)</u>	<u>(5.092.975)</u>

c) Ganhos/(perdas) líquidos com ativos e passivos financeiros

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Instrumentos financeiros	(6.176.074)	6.095.746
Instrumentos de dívida e patrimônio	(561.973)	833.597
	<u>(5.614.101)</u>	<u>6.929.343</u>

16. Receita de tarifas e comissões

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receitas com comissões de colocação de títulos	11.165	30.746
Receita de administração de fundos	86.174	83.882
Receita de serviços de assessoria e consultoria	85.702	79.354
Receita de serviços – exterior	1.222.977	641.767
Rendas de corretagem - B3	413.381	273.150
Rendas de serviços de custódia	56.761	54.782
Outras receitas	189.718	44.663
	<u>2.065.878</u>	<u>1.208.344</u>

17. Ganhos (perdas) líquidos com variação cambial

As diferenças cambiais mostram basicamente os ganhos ou as perdas nas negociações de moedas estrangeiras e ganhos ou perdas com ativos e passivos em moeda estrangeira, que são reconhecidos nas conversões de itens monetários indexados em moeda estrangeira para moeda funcional do Consolidado, totalizando uma despesa de R\$ 3.661.622 (despesa em 2024 – R\$ 7.564.469).

18. Despesas tributárias

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Despesas tributárias (PIS, COFINS e ISS)	(210.622)	(177.034)
	<u>(210.622)</u>	<u>(177.034)</u>

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19. Outras despesas administrativas

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Despesas de serviços com o sistema financeiro	(281.013)	(314.031)
Despesas com serviços de terceiros	(58.091)	(75.953)
Despesas com viagens	(32.282)	(29.365)
Despesas com sistemas e tecnologias	(39.668)	(41.185)
Despesas com aluguéis	(7.618)	(8.527)
Outros	(139.968)	(83.508)
	<u>(558.640)</u>	<u>(552.569)</u>

20. Benefícios a empregados

(a) Previdência privada

O Consolidado é um dos patrocinadores da Multiprev Fundo Múltiplo de Pensão constituído sob a modalidade de contribuição definida. As reservas matemáticas individuais são atribuídas a cada participante e calculadas de acordo com fórmulas e hipóteses atuariais sendo o benefício apurado com base nas contribuições vertidas. Durante o exercício, o Consolidado contribuiu com R\$ 28.090 (2024 – R\$ 27.082) para o fundo de pensão.

(b) Unidade de ações restritas (RSU's)

Os funcionários elegíveis do Consolidado J.P. Morgan participam do programa global de remuneração de longo prazo através do recebimento de unidades de ações restritas (RSUs). Sua entrega em data futura está sujeita a restrições, cancelamentos ou reversões. Por serem restritas, o *vesting period*, de 50% das ações se dá em dois anos e dos outros 50% em três. Caso o funcionário se desligue da empresa por conta própria, o plano de benefício em ações é cancelado.

A mensuração das RSUs é baseada no número de ações da matriz (listadas na Bolsa de Nova Iorque - NYSE) concedidas multiplicado pelo valor justo da ação na data da concessão.

	<u>2025</u>	
	<u>Quantidade de ações</u>	<u>Valor em milhares de dólares (USD)</u>
Ações em circulação em 01/01/2025	268.837	38.607
Ações outorgadas durante o exercício (<i>granted</i>)	104.916	17.436
Ações entregues no exercício (<i>vested</i>)	(101.339)	(14.939)
Transferência/saída de funcionários	(7.800)	(1.107)
Ações em circulação em 31/12/2025	264.614	39.997
		<u>2024</u>
	<u>Quantidade de ações</u>	<u>Valor em milhares de dólares (USD)</u>
Ações em circulação em 01/01/2024	268.837	38.607
Ações outorgadas durante o exercício (<i>granted</i>)	104.916	17.436
Ações entregues no exercício (<i>vested</i>)	(101.339)	(14.939)
Transferência/saída de funcionários	(7.800)	(1.107)
Ações em circulação em 31/12/2024	264.614	(39.997)

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações

contábeis em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O valor contabilizado no passivo em 2025 foi de R\$ 289.545 (2024 – R\$ 357.833) incluindo encargos sociais. Em virtude desse programa a despesa registrada no ano é de R\$ 212.953 (2024 – R\$ 170.618), incluindo os encargos sociais.

21. Capital

(a) Regulatório

O Conglomerado apura seus limites operacionais do Acordo de Basileia III de forma consolidada de acordo com as diretrizes do BACEN. Em 31 de dezembro de 2025, o índice de Basileia do Consolidado era de 23,46% (2024 – 22,26%), conforme demonstrado abaixo.

Cálculo do índice de Basileia

	<u>Dezembro de 2025</u>	<u>Dezembro de 2024</u>
Patrimônio de referência (PR) (Nível 1)	10.985.366	11.234.021
Risco de crédito	11.027.821	11.693.463
Risco de mercado	27.238.693	30.367.134
Risco operacional	8.566.668	8.412.999
Ativos ponderados pelo risco (RWA)	<u>46.833.182</u>	<u>50.473.596</u>
Índice de Basileia (IB)	23,46%	22,26%
PR mínimo exigido para RWA	3.746.655	4.037.888
Adicional de capital principal	1.170.830	1.261.840
Risco da carteira <i>banking</i>	229.195	197.144
Total de capital requerido	<u>5.146.680</u>	<u>5.496.872</u>
Margem sobre o capital requerido	<u>5.838.686</u>	<u>5.737.149</u>

¹ Patrimônio de Referência Consolidado refere-se ao Conglomerado Prudencial do BRGAAP.

(b) Gerenciamento de capital

É definido como o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pelo Conglomerado, avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos assumidos e planejamento de metas e de necessidades de capital de acordo com o plano estratégico.

As principais atribuições da área de gerenciamento de capital são mensurar corretamente o requerimento de capital e os riscos materiais inerentes à operação do Conglomerado; utilizar sistemas adequados de monitoramento através de reportes periódicos e prover informações que possibilitem o investimento em novos negócios, mesmo em um ambiente de estresse.

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22. Partes relacionadas

As transações realizadas com partes relacionadas representadas abaixo foram efetuadas com empresas coligadas ou controladoras do Grupo.

(a) Transações com entidades do Grupo

	2025		2024	
	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)
Caixa e equivalentes a caixa	30.365	-	18.516	-
JP Morgan Chase Bank London – GMI	29.456	-	5.786	-
Banco JPMorgan S.A. Mexico	276	-	11.467	-
JPMorgan Chase Bank. NA Tokyo	622	-	327	-
JPMorgan Chase Bank. National Association	11	-	936	-
Aplicações em moeda estrangeira	125.582	5.742	404.521	11.720
JPMorgan Chase Bank. National Association	125.582	5.742	404.521	11.720
Outros ativos (passivos)	(2.831.538)	1.334.878	(4.081.038)	747.436
J.P. Morgan Securities PLC – Paris Branch	(1.855.361)	531.489	(2.576.508)	65.444
JP Morgan Administradora de Carteiras do Brasil Ltda.	4.453	4.180	145	4.103
JPMorgan Chase Bank. National Association	240.487	234.319	27.209	168.971
J.P. Morgan Securities LLC	(115.253)	88.420	(3.541)	70.702
J.P. Morgan Overseas Capital LLC	904.983	221.464	19.733	164.504
Lawton Multimercado	122.928	95.638	9.496	86.385
JPMorgan Chase Bank. N.A. - London Branch	(1.625.983)	137.930	(1.542.384)	182.016
J.P. Morgan Bank Luxembourg S.A.	(331.984)	-	(16.848)	-
JP Morgan International Finance	20.605	20.605	-	-
J.P. Morgan Investimentos e Finanças Ltda.	102	-	(252)	(745)
J.P. Morgan SE	(1.536)	1.618	1.666	4.301
J.P. Morgan Ventures Energy Corporation	527	1.783	246	1.755
JPM AG Paris Branch	(2.570)	(2.568)	-	-
JPMC Holdings LLC	(192.936)	-	-	-
Depósitos	(1.078.225)	(242.675)	(2.418.126)	(700.828)
Chase Manhattan Holdings Ltda.	(34.572)	(6.556)	(41.749)	(1.954)
JPMorgan Gavea Gestão de Patrimônio Ltda.	(34.514)	(4.291)	(32.929)	(3.166)
HCM Participações Brasil Ltda	(83.938)	(9.920)	(63.211)	(5.163)
J.P. Morgan Administradora de Carteiras do Brasil	(152.297)	(19.595)	(158.263)	(15.501)
J.P.Morgan Investimentos e Finanças Ltda.	(104.038)	(2.808)	(33.957)	(4.733)
Norchem Holdings e Negócios Ltda	(126.265)	(15.656)	(115.018)	(11.154)
Norchem Participações e Consultoria Ltda	(31.508)	(3.878)	(28.491)	(2.747)
Gaborone Participações Ltda.	(11.875)	(1.166)	(6.001)	(402)
Lawton Multimercado	(34)	(116.925)	(1.506.181)	(614.146)
JPMorgan Chase Bank National Association - São Paulo Branch	(494.206)	(61.880)	(432.326)	(41.862)

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2025		2024	
	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)
JPMorgan Chase Bank, National Association	(4.978)	-	-	-
Obrigações por operações compromissadas	(13.396.092)	(1.368.453)	(8.697.628)	(407.166)
JPMorgan Chase Bank National Association - São Paulo Branch	(77.998)	(15.593)	(152.499)	(13.355)
Lawton Multimercado	(13.318.094)	(1.352.860)	(8.545.129)	(393.811)
Instrumentos financeiros derivativos	(270.572)	(97.396)	450.161	(1.501.974)
JPMorgan Chase Bank National Association - São Paulo Branch	18.571	(41.250)	(6.627)	(129.308)
Lawton Multimercado	(289.143)	121.902	354.911	(1.547.138)
J.P. Morgan Overseas Capital LLC	-	34.335	101.877	174.472
JP Morgan Administradora de Carteiras do Brasil Ltda.	-	(17.591)	-	-
Obrigações por empréstimos em moeda estrangeira	(71.407.199)	(1.442.094)	(20.843.616)	(1.856.139)
JPMorgan Chase Bank, National Association	(71.407.199)	(1.442.094)	(20.843.616)	(1.856.139)
Despesa de pessoal	(202.297)	(145.766)	(244.248)	(136.054)
JPMorgan Chase & CO.	(202.297)	(145.766)	(244.248)	(136.054)
Operação de Câmbio	-	-	(60)	(8.939)
JPMorgan Chase Bank National Association, São Paulo Branch	-	-	(60)	(8.939)

Não houve operações com membros da Diretoria e seus relacionados.

As transações com partes relacionadas foram contratadas a taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações, levando em consideração a ausência de risco.

(b) Remuneração da administração

Para fins de divulgação da remuneração dos administradores foram considerados os membros do Comitê Executivo do Banco e/ou os diretores estatutários. A despesa com a remuneração dos administradores incorrida no exercício está demonstrada a seguir:

	2025	2024
Salários e encargos	36.329	35.279
Participação nos lucros e gratificações	93.463	84.248
Encargos sobre gratificações	32.174	28.957
Planos de aposentadoria e pensão	1.104	1.172
Outros benefícios	2.171	2.356

23. Principais diferenças adotadas entre as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) e as normas internacionais de contabilidade (IFRS)

Estão apresentados abaixo o quadro com a apresentação entre as diferenças adotadas entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e o IFRS, com a descrição dos principais ajustes para o exercício de 2025;

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Patrimônio Líquido em BRGAAP	10.773.330
Conversão dos saldo em moeda estrangeira para SPOT interna	(42.369)
Outros	770
Reversão Ativo Fiscal Diferido	18.720
Patrimônio Líquido em IFRS	10.750.451

24. Gerenciamento de riscos financeiros

O Consolidado possui áreas de risco específicas, independentes das áreas de negócios, para administração dos diversos riscos existentes.

O gerenciamento de riscos de mercado e crédito é de responsabilidade da Diretoria de riscos do Consolidado.

I Processos de identificação e mensuração dos riscos de mercado operacional, liquidez e de crédito

(a) Risco de mercado

É definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pelas empresas do Conglomerado. O risco de mercado inclui os riscos das operações sujeitas à variação cambial, taxa de juros, renda variável e de preços de mercadorias (commodities).

O estabelecimento de funções segregadas entre as áreas de negócio (tomadoras de risco) e a área de risco de mercado (encarregada da medição, análise, controle e informação de riscos) proporciona suficiente independência e autonomia para um adequado controle de riscos. Os limites estabelecidos têm como objetivo assegurar o alinhamento das exposições a risco de mercado com o apetite ao risco do Conglomerado.

As operações realizadas restringem-se a mercados e produtos autorizados para os quais é realizada identificação prévia dos riscos inerentes e verificação da adequação da infraestrutura de controle.

Apresentamos a seguir a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, onde se concentram os riscos relevantes das instituições do Conglomerado.

A análise de sensibilidade é realizada na visão do Conglomerado JP Morgan e executada no escopo da Gerência de Risco de Mercado, que é responsável por monitorar e reportar diariamente as utilizações de limites, revisar a política pelo menos anualmente, garantir que a infra-estrutura dos sistemas de risco de mercado seja adequada, informar diariamente as posições de risco para a alta administração, incluindo os supervisores das Unidades de Negócios, Traders e Diretor Estatutário de Riscos das Entidades (Chief Risk Officer, CRO).

O gerenciamento, monitoramento e controle de Risco de Mercado é feito diariamente através de três tipos de medidas: estatísticas, não-estatísticas e simulações de estresse.

a) Medidas estatísticas são representadas pelo Value at Risk (VaR):

É uma medida estatística que estima a perda potencial decorrente de movimentos adversos em condições normais de mercado. Calculado utilizando simulação histórica – 1 ano de série histórica, horizonte de 1 dia e nível de confiança de 95%.

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações

contábeis em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) As medidas não-estatísticas são utilizadas com o intuito de limitar o tamanho absoluto das posições em aberto. As principais medidas não estatísticas são:

Valor de mercado;

Basis Point Value (BPVs): Variação do valor de mercado decorrente de um aumento de um ponto-base (+0,01%) nas taxas de juros;

Delta: sensibilidade de primeira ordem em relação ao ativo subjacente;

Gamma: sensibilidade de segunda ordem em relação ao ativo subjacente;

Vega: sensibilidade de primeira ordem em relação à volatilidade implícita;

Rho: equivalente ao BPV, sensibilidade de primeira ordem à taxa de juro.

c) Teste de estresse, que também é uma medida não-estatística, visa capturar eventos de mercado atípicos, porém plausíveis e medir as perdas e ganhos potenciais.

Os cenários buscam definir e antecipar eventos futuros em vez de replicar crises passadas. Projetados de forma que cada cenário seja impulsionado por um grande movimento em pelo menos uma classe de ativos (epicentro econômico) e contágio nas classes remanescentes (i.e., câmbio, taxas de juros, preços de ações e commodities).

Estrutura de limites

Os limites são estabelecidos pela Área de Riscos de Mercado e pelos Diretores das Unidades de Negócios. Os outorgantes decidiram estabelecer limites de VaR, Estresse, “Stop-Loss” e de sensibilidades (limites não-estatísticos). Os limites são apresentados pelos signatários de limites apropriados e pré-estabelecidos e são, também, apresentados ao Comitê de Risco do Brasil (“BRC”) e à Diretoria.

Seguem dados quantitativos:

VaR 95% do Conglomerado J.P.Morgan

VaR

Fator de risco	2025	2024
Moeda estrangeira & taxa de juros	18.899	18.542
Renda variável	5.677	2.747
Efeito diversificação	(3.194)	(2.620)
Total	21.382	18.669

Relatório de risco de mercado – exposição

Fator de risco		2025	2024
BPV	Juros Pré	409	(100)

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Inflação	(135)	(293)
	USD	(127)	45
	USD - On	(545)	(486)
	Outros	(26)	15
FX Delta	USD	(17.935)	(9.043)
	JPY	(7.708)	(2.552)
	EUR	54.475	(81.591)
	GBP	(88.533)	(30.377)
	Outras	266.158	214.839
Ações	Delta	217.033	(73.359)

Resultado dos Testes de Stress

Cenário	2025	2024
<i>Bond Sell Off</i>	139.755	(104.607)
<i>Comdty Sell Off</i>	91.976	(208.075)
<i>Credit Crisis</i>	(110.019)	(401.346)
<i>Basis</i>	(137.995)	342.287
<i>EM Sell Off</i>	193.816	(301.122)
<i>Equity Collapse</i>	(124.824)	(592.404)
<i>EURO Zone</i>	26.024	(287.989)
<i>Gen. Recovery</i>	(75.665)	87.534
<i>Inflation</i>	108.765	(516.722)
<i>Oil Crisis</i>	(86.639)	61.806
<i>USD Crisis</i>	(66.113)	(319.278)

Cenários:

- *Equity Collapse*: o cenário modela uma queda considerável nos mercados globais de ações, no qual a volatilidade aumenta drasticamente e a liquidez é significativamente reduzida. As consequências de primeira ordem incluem a perda de liquidez global, resultando em fuga para

Notas explicativas da administração às demonstrações

contábeis em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

dinheiro e dívidas soberanas de curto prazo. O impacto da segunda ordem é desalavancagem, uma vez que o capital baseado em ações colapsa.

- *Credit Crisis*: grande crise de crédito, no qual os spreads de crédito aumentam significativamente. O mercado de negociação e intermediação de crédito se torna ilíquido e disfuncional. Por causa do aumento dos spreads de crédito, o mercado de ações colapsa, os preços do petróleo e de outras commodities caem com a expectativa de uma demanda industrial mais fraca, enquanto que tanto o dólar e o ouro apreciam. Spreads de CDS aumentam e as curvas se achatam.
- *Bond Sell Off*: o cenário é baseado em uma significativo sell-off de títulos de governos do G-10. Ele não é orientado por um pico inflacionário ou por uma crise no Dólar, mas sim pela percepção de que a política monetária chegou ao fim de um ciclo num contexto em que as expectativas estavam firmemente ancoradas na sua manutenção. Esse cenário também questiona a solvência do sistema bancário.
- *Inflation*: este cenário modela uma crise desencadeada por uma surpresa em dados inflacionários, criando expectativas de que os bancos centrais estejam atrás do ciclo monetário. Ao contrário do cenário Bond Sell-Off, este cenário introduz mais volatilidade nos mercados, uma vez que é percebido que aumentos na taxa de juros teriam um impacto macroeconômico mais amplo. As taxas de juros aumentam e achatam.
- *USD Crisis*: este cenário modela uma perda sistemática da confiança dos investidores internacionais no dólar como moeda fiduciária. Fuga significativa de capital do mercado americano, incluindo das US Treasuries, de fundos de investimentos e dos demais ativos. O ouro se torna um porto seguro para fluxos de capitais, enquanto o Dólar se deprecia frente a outras moedas.
- *Commodities Sell Off*: este é um cenário idiossincrático, no qual os preços de commodities caem correlacionadamente. Espera-se quebras das correlações entre mercados. E em resposta à queda dos preços das commodities, o Dólar se aprecia frente às principais moedas.
- *EM Sell Off*: o cenário modela uma reversão do fluxo global de capital dos Mercados Emergentes (EM) em um curto período de tempo. As taxas de juros dos países do G10 caem em reação a essa aversão aos ativos do mercado emergente. Em geral as moedas, se depreciariam frente ao Dólar. Spreads de Crédito dos países Emergentes aumentariam.
- *Euro Zone*: este cenário modela uma contínua deterioração da Integridade da Zona do Euro. Espera-se que o mercado preveja que os países do sul da Europa reajam muito bem em face da austeridade implementada. Os bonds soberanos destes países, portanto, reagiriam negativamente neste cenário. A solvência do sistema financeiro seria questionada.
- *General Recovery*: este cenário modela o surgimento de dados concretos que confirmem que a economia global esteja no caminho de uma recuperação sustentável. Espera-se que ativos mais arriscados performem muito bem. Por outro lado, espera-se que ativos ditos como porto seguro, como renda fixa e ouro, performem mal.
- *Basis*: este cenário idiossincrático é um evento de desalavancagem forçada baseado na necessidade de redução de risco do balanço das principais instituições financeiras. Este cenário modela a expectativa de que um ou mais Basis precise sair de suas posições mais ilíquidas e o mercado agindo preventivamente a esses fluxos unilaterais. É esperado um grau limitado de contágio. Ativos mais arriscados enfraquecem dado o aumento do prêmio de risco nestes fluxos de saídas.
- *Energy Crisis*: este cenário modela um choque específico no mercado de energia, desencadeado por uma deterioração aguda da estabilidade geopolítica em grandes regiões exportadoras de petróleo, como Oriente Médio, Rússia ou outros países relevantes. Preocupações quanto à disponibilidade da oferta de petróleo para os mercados internacionais levam a aumentos nos

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações

contábeis em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

preços. Os mercados de crédito e acionário reagem com grande volatilidade, refletindo o ambiente macroeconômico incerto e as expectativas reduzidas de crescimento global.

(b) Risco operacional

O risco operacional refere-se à possibilidade de resultados adversos decorrentes de processos ou sistemas internos inadequados ou falhos, fatores humanos ou eventos externos que impactam as operações da empresa. Esse risco abrange, entre outros, o risco de conformidade, risco de conduta e o risco legal. O risco de conformidade está relacionado ao não cumprimento de leis, regras, regulamentos, códigos de conduta e padrões de organizações autorreguladoras. Já o risco de conduta diz respeito à possibilidade de que ações ou má conduta de funcionários possam resultar em prejuízos para clientes ou consumidores, afetar a integridade dos mercados em que a empresa atua, prejudicar colaboradores ou a própria empresa, ou comprometer sua reputação.

O risco operacional é inerente às atividades do Conglomerado e pode se manifestar de diversas formas, como atos fraudulentos, interrupções nos negócios causadas por desastres naturais, ataques cibernéticos, comportamento inadequado de funcionários e falhas de fornecedores terceirizados. A gestão desse risco é realizada em níveis apropriados, considerando a posição financeira, as características da estrutura de negócios, dos mercados e dos ambientes regulatórios em que o Conglomerado opera.

Esse risco é parte integrante da estrutura de Compliance, Conduta e Risco Operacional (CCOR, na sigla em inglês) da Firma, que estabelece a abordagem para governança, identificação, mensuração, monitoramento, teste, gestão e reporte dos riscos de conformidade, conduta e operacionais. As unidades de negócios e funções corporativas do Conglomerado são responsáveis pela identificação, avaliação e controle do risco operacional, com o suporte da área de Gestão de Controles, responsável pela execução diária do arcabouço de gerenciamento, incluindo a avaliação da eficácia dos controles e a identificação dos riscos.

O Conglomerado mantém supervisão sobre a execução das políticas, práticas e governança de risco operacional, visando reduzir perdas operacionais por meio de controles alinhados à matriz e utilizados em toda a organização. Os comitês de governança de risco contam com representantes de risco operacional e são estruturados para garantir transparência das informações, escalonamento de eventos significativos e riscos emergentes, bem como a resolução de questões relacionadas aos riscos operacionais identificados.

(c) Risco de liquidez

Liquidez é a capacidade de uma instituição de cumprir com os seus compromissos financeiros nos respectivos vencimentos. Risco de liquidez, por sua vez, é a possibilidade de não ser capaz de honrar com estas obrigações, sem incorrer em perdas substanciais.

A gestão de risco de liquidez no Conglomerado é definida por um conjunto de processos que visa garantir sua capacidade de pagamento, monitorando diariamente a projeção de fluxos de caixa e seus descasamentos, realizando simulações com cenários de stress, atuando dentro dos indicadores estabelecidos internamente e dos requerimentos regulatórios. Esses indicadores operacionais levam em consideração os seguintes aspectos: composição dos ativos e passivos, contrapartes e alternativas de instrumentos de captação.

Os procedimentos estão devidamente documentados e são do conhecimento de todos os envolvidos, incluindo a administração do J.P. Morgan, que aprova qualquer atualização na política de gerenciamento de risco de liquidez e recebe relatórios com a condição de liquidez do conglomerado.

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações

contábeis em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Para o controle e gestão de risco de liquidez existe uma gerência independente das áreas de negócio, a Tesouraria Corporativa. A Tesouraria Corporativa local está totalmente integrada à estrutura de Tesouraria Corporativa global, garantindo que a gestão do risco de liquidez seja feita de forma coordenada e consistente com as práticas globais do J.P. Morgan.

Dentre as responsabilidades desta unidade estão:

- Monitorar e gerenciar o risco de liquidez no país, incluindo:
 - Analisar e compreender as características de liquidez das linhas de negócios atuantes no país, bem como de seus ativos e passivos;
 - Propor e executar estratégias de investimento, captação e gerenciamento de risco de liquidez;
 - Garantir o contínuo acesso às fontes de captação de recursos internas e externas;
 - Garantir, conjuntamente com outras áreas internas, o cumprimento das exigências regulatórias locais relacionadas à captação de recursos e ao gerenciamento do risco de liquidez ;
- Conduzir o Comitê de Ativos e Passivos no Brasil (ALCO);
- Manter e aprovar a Política Gestão de Risco de Liquidez e Plano de Contingência de Liquidez local pelo menos uma vez ao ano; e
- Atuar como ponto de referência para a Tesouraria Corporativa Global.

O Conglomerado envia mensalmente ao Banco Central do Brasil o Demonstrativo de Risco de Liquidez (DRL) segundo as regras e processos estabelecidos pela Resolução 4.557.

A Tesouraria Corporativa Local monitora diariamente o fluxo esperado de entradas e saídas de caixa para os próximos noventa dias, incluindo em cenário de estresse.

c.1) Teste de Estresse

O J.P. Morgan conduz teste de estresse de risco de liquidez diariamente, onde são aplicados fatores de ponderação por tipo de produto, representando os efeitos de um cenário de estresse de liquidez com base em choques de mercado e idiossincráticos.

O teste de estresse é utilizado como ferramenta de monitoramento do risco de liquidez, assegurando que as exposições estejam consistentes com a tolerância de risco de estabelecida pela instituição financeira, e servindo como um sinal de alerta para potenciais mudanças adversas e/ou deterioração da posição de liquidez. Dependendo do resultado do teste de estresse, a alta gerência pode tomar ações corretivas ou mitigadoras para atender sua tolerância ao risco.

Em 31/12/2025, o teste mostra um ratio de 356% superior ao apetite de risco de liquidez definido de 100%.

c.2) Plano de Contingência

O J.P. Morgan Brasil é parte integrante do Plano de Contingência de Liquidez da matriz. O Plano de Contingência de Liquidez local complementa a Política de Risco de Liquidez e estabelece as estratégias de gerenciamento do risco de liquidez em um evento de estresse.

A ativação do plano de contingência é de responsabilidade da Tesouraria Corporativa, juntamente com a alta gerência. Dependendo da natureza e gravidade da situação, diferentes níveis da administração local e global serão comunicados, garantindo a eficiente execução de ações corretivas e assegurando que as decisões sejam tomadas de forma coordenada.

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações

contábeis em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

c.3) ALCO (Comitê de Ativos e Passivos)

O ALCO do Brasil é responsável pela supervisão do risco de liquidez e de taxa de juros na carteira bancária (IRRBB) das entidades legais do Brasil, com foco específico na gestão de balanço local, aplicação e captação de recursos, além do engajamento regulatório em relação às atividades da Tesouraria Corporativa e outras questões temáticas. O comitê é liderado pelo responsável pela Tesouraria Corporativa Local, e composto por representantes de diversas áreas da Tesouraria Corporativa, Tesouraria das linhas de negócio, Riscos e Finanças. A alta administração local e representantes de compliance, auditoria e das linhas de negócios são convidados a participar regularmente do comitê.

(d) Risco de crédito

É definido como a possibilidade de perda devido ao não recebimento dos valores contratados com clientes, resultante da incapacidade econômico-financeira da contraparte. No Brasil, as principais responsabilidades da área de crédito incluem a avaliação da capacidade dos clientes de gerar recursos suficientes para cumprir suas obrigações, a atribuição de uma classificação de risco (rating), a aprovação independente dos limites de crédito concedidos aos clientes, o monitoramento e gerenciamento do uso desses limites, e a implementação de ações para ajustar os riscos diante de uma possível deterioração do crédito. Para minimizar o risco de crédito, são utilizados mecanismos de monitoramento, avaliação e gerenciamento do portfólio de crédito, considerando possíveis concentrações em clientes, ratings, setores econômicos, regiões ou produtos, garantindo assim uma distribuição equilibrada dos riscos.

Para fins de provisionamento de perdas esperadas de crédito, o Banco avalia a evidência de aumento significativo no risco de crédito considerando se houve uma mudança no risco de ocorrência de inadimplência desde que o instrumento financeiro foi inicialmente reconhecido. Para tal análise são considerados os seguintes fatores:

Critérios quantitativos: O Banco determina se a probabilidade de inadimplência (PD) aumentou entre o reconhecimento inicial de instrumentos financeiros e a data do balanço. Se a alteração na PD exceder limites relativos e absolutos, então o instrumento sofreu aumento significativo no risco de crédito. A avaliação da PD leva em consideração informações razoáveis e suportáveis, incluindo informações sobre eventos passados, condições econômicas atuais e futuras.

Critérios qualitativos: O Banco monitora os tomadores que podem ter sua capacidade de pagamento comprometida, incluindo-os em sua lista de observação. Os que estão na lista de observação são considerados como tendo experimentado um aumento significativo no risco de crédito.

Os instrumentos financeiros que estão no Estágio 2 são movidos para o Estágio 1 no período em que os critérios quantitativos e qualitativos para um aumento significativo no risco de crédito não existirem mais.

Os ativos financeiros são considerados para fins de avaliação de perda de crédito e incluídos no Estágio 3 quando um ou mais dos seguintes eventos afetam negativamente os fluxos de caixa futuros estimados:

- Dificuldade financeira significativa do emissor ou do tomador;
- Quando houver atraso acima de 90 dias no pagamento de principal ou juros;
- O Banco viabiliza uma concessão ao tomador por razões econômicas ou contratuais relacionadas à dificuldade financeira da contraparte;
- Tornou-se provável que o tomador entrará em falência ou sofra reorganização societária;
- Um mercado ativo para aquele ativo financeiro não existe mais por causa das dificuldades financeiras do tomador; ou

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações

contábeis em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Um ativo financeiro é comprado ou originado com um grande desconto que reflete uma perda de crédito incorrida.

Os critérios acima são consistentes com a forma como o Banco classifica ativos problemáticos para fins internos de gerenciamento de risco de crédito.

Considera-se que um ativo financeiro deixou de ser problemático quando não forem observadas evidências de dificuldade financeira e constatado que o cliente é capaz de honrar as obrigações nas condições pactuadas.

Metodologia de estimativa de perda esperada de crédito: Os seguintes fatores são considerados para a mensuração da provisão para perda esperada de crédito:

- **PD (“Probability of Default”):** As PDs de 12 meses e para vida toda da operação representam, respectivamente, a probabilidade de inadimplência do instrumento em um horizonte de 12 meses e uma probabilidade de inadimplência considerando a vida útil do instrumento financeiro. As PDs são determinadas por operação com base nas classificações de risco e outras características.
- **EAD (“Exposure at Default”):** É considerado o valor de exposição no momento da inadimplência, sendo representado pelo valor contábil bruto dos ativos financeiros. A EAD de compromissos de crédito, créditos a liberar, e garantias financeiras prestadas é estimada com base em modelo que considera a expectativa de utilização futura no nível da operação no caso de inadimplência sob um determinado ambiente macroeconômico, características de risco subjacentes e utilização do crédito.
- **LGD (“Loss Given Default”):** Representa o valor da perda, expressa como uma porcentagem, no caso de uma operação entrar em inadimplência. A média histórica de longo prazo da LGD é utilizada com base nas características de risco do empréstimo (por exemplo, tipo de garantia, região e linha de negócio).

II Processos de validação dos modelos de precificação

Os processos de definição, aprovação e revisão das metodologias e parâmetros utilizados seguem a Política Global de Estimativas e Gestão de Risco de Modelos. A responsabilidade pelo desenvolvimento e validação dos modelos de precificação é da área de Quantitative Research (QR).

A política de risco de modelo requer que todas as operações sejam registradas em modelos aprovados e dentro do escopo e limitações desse modelo.

MRGR (Model Risk Governance and Review Group) é um grupo independente e responsável por estabelecer o rigoroso processo de governança. Tem como principal função revisar e aprovar novos modelos bem como mudanças significativas nos existentes de modo a permitir a manutenção do seu uso.

Valuation Control Group (VCG) é a área responsável por aprovar as fontes para todos os preços de mercado e outros parâmetros usados nas rotinas de precificação mensal e deve fornecer as diretrizes e a pré-aprovação nos casos em que a precificação de um contrato seja diferente de sua essência. VCG também é responsável pelos ajustes de preços realizados de forma totalmente independente, além de determinar a metodologia para computar estes ajustes de precificação, garantindo o reconhecimento destes nas demonstrações financeiras da instituição.

* * *